

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de BORIS FAUSTO, com relação ao período republicano

TOMO III

O BRASIL REPUBLICANO

Volume 9

SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES (1889-1930)

POR

Paulo Sérgio Pinheiro, Duglas Teixeira Monteiro, Maria Tereza Schorer Petrone,
José Murilo de Carvalho, Heloísa Rodrigues Fernandes, Jorge Nagle, Alfredo Bosi,
Sérgio Lobo de Moura, José Maria Gouvêa de Almeida, Bolívar Lamoumer,
E. Bradford Burns, Boris Fausto

Introdução geral

Sérgio Buarque de Holanda


BERTRAND BRASIL

CAPÍTULO I

AS FORÇAS ARMADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O PODER DESESTABILIZADOR

A PRIMEIRA REPÚBLICA delimita-se pelos parênteses de duas intervenções militares, além de pontuar-se de várias outras intervenções de menor conseqüência. Em um país que de 1831 a 1889 não vira crise do Governo Central provocada por interferência da força armada, o fato certamente significa mudança importante que deve ser examinada. A mudança se deu tanto externamente à organização militar, isto é, na sociedade, como internamente. Os aspectos internos têm merecido pouca atenção dos analistas do papel dos militares na política brasileira. Autores há, por exemplo, que consideram as Forças Armadas como simples representantes de determinados grupos sociais.¹ A sociologia tem mostrado exaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares, que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Goffman chama de instituições totais. Estas instituições, pelo fato de envolverem todos os aspectos da vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior. Quando plenamente desenvolvidas, chegam a requerer de seus membros uma radical transformação de personalidade, como pode ser observado em antinomias do tipo “homem velho” *versus* “homem novo”, “militar” *versus* “paisano”.

A falta de maior conhecimento dos aspectos organizacionais leva a análises de tipo mais abrangente, seja a atribuir aprioristicamente deter-

¹ O mais comum é considerar-se o Exército como porta-voz das classes médias. A tese é de Santiago Dantas em seu *Dois Momentos de Rui Barbosa* (Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949) e foi repetida por vários autores, entre os quais Nelson Werneck Sodré em sua *História Militar do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965).

minados papéis políticos às Forças Armadas, seja a limitar-se a explicações *ex post facto*. No primeiro caso, temos explicações mecanicistas em que o comportamento militar, por mais complexo e diversificado que seja, é sempre reduzido aos limites que lhe foram traçados, com prejuízo para sua melhor compreensão. No segundo, torna-se necessário recorrer a explicações *ad hoc*, o que impossibilita qualquer tentativa de predição. Daí, a nosso ver, constituir o estudo dos aspectos organizacionais passo fundamental, embora inicial, para o correto entendimento do comportamento político das Forças Armadas.²

Será esta a ênfase do presente trabalho, que também não se deterá na descrição dos episódios das intervenções. Esta descrição já foi feita com suficiente amplitude em obras recentes.³ Igualmente, o maior peso da análise cairá sobre o Exército por sua óbvia maior importância política. A Marinha será estudada principalmente como elemento de comparação.

Para uma visão panorâmica das principais intervenções militares durante o período, damos a seguir uma relação dessas intervenções com algumas de suas características (*Quadro 1*). A simples observação do quadro já sugere a importância de fatores organizacionais. Vê-se, em primeiro lugar, que as intervenções variam em relação ao escalão hierárquico que as promove dentro da organização, e, em segundo lugar, que esta variação é distinta para o Exército e a Marinha. No primeiro predominam as intervenções promovidas por oficiais inferiores, o que não se dá na Marinha, onde a liderança das intervenções claramente se divide entre oficiais e praças. Fica também claro que as intervenções raramente partem da organização como um todo, seja do Exército, seja da Marinha, fato que só uma

² Entre os poucos trabalhos sobre militares que dão maior importância a aspectos organizacionais estão os de José Murilo de Carvalho, "Organizational Roles, Belief System and Military Politics in Brazil", mimeo, Departamento de Ciência Política da UFMG, 1970, e de Edmundo Campos Coelho, "Em Busca de Identidade: Relações Civil-Militares no Brasil", mimeo, IUPERJ, 1971. Para o texto de Goffman, ver Ervin Goffman, "The Characteristics of Total Institutions", em Amitai Etzioni, ed., *Complex Organizations*, Nova York; Holt, Rinehart; and Winston, 1961, pp. 312-340. Para um estudo não brasileiro com esta abordagem veja-se, por exemplo, Morris Janowitz, *The Professional Soldier*, Nova York: Free Press, 1965.

³ Vejam-se por exemplo, Glauco Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 2 volumes, 1965; Hélio Silva, *1889: A República não Esperou o Amanhecer*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; e dos mesmos autor e editora, *1922: Sangue na Areia de Copacabana*, 1964; *1926: A Grande Marcha*, 1965; *1930: A Revolução Traída*, 1966; e ainda de Edgard Carone, *A República Velha (Evolução Política)*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. Neste volume, consultem-se os trabalhos sobre a implantação do sistema oligárquico e sobre o tenentismo.

análise interna poderá esclarecer adequadamente. Esta análise deverá dar as razões e o significado destes e de outros fatos. Examinaremos, por sua maior importância, as seguintes características organizacionais: o processo de recrutamento; o treinamento do corpo de oficiais; a estrutura interna, o tamanho e a localização geográfica de organização militar; a ideologia organizacional. Ao final, voltaremos ao quadro das intervenções para estudá-lo contra o pano de fundo destas características.

1. O RECRUTAMENTO MILITAR

Na fase inicial dos exércitos permanentes europeus, em que o grau de profissionalização e especialização era ainda elementar, o recrutamento era uma variável de grande importância. Através dele se estabelecia a relação do Exército com a estrutura de classes da sociedade. Tradicionalmente, por exemplo, o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e as praças entre as classes baixas. Este mecanismo teve importantes consequências políticas ao possibilitar, de um lado, a identificação entre a oficialidade e os grupos politicamente dominantes, e, de outro, o isolamento da oficialidade em relação às praças. Ao mesmo tempo que garantia a lealdade dos oficiais ao Governo, impedia que eles se unissem aos escalões inferiores, o que aumentaria o poder político da organização.⁴ Entre os exércitos latino-americanos, o brasileiro é talvez o que herdou em maior escala esta tradição européia. O fato de que a Independência do Brasil se tenha verificado sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da população fez com que se preservasse aqui a estrutura do exército português. Nos países em que o processo de independência exigiu lutas mais prolongadas, grande número de pessoas foram incorporadas às Forças Armadas em todos os escalões, democratizando-as de certo modo, reduzindo seu nível profissional e tornando-as instrumento fácil de manipulação política. O fenômeno do caudilhismo, ausente no Brasil, tem neste fato uma de suas causas.

⁴ Ver, sobre o assunto, Caetano Mosca, *The Ruling Class*, Londres e Nova York: McGraw Hill, 1930, p. 229. Consulte-se também o excelente trabalho de Alfred Vagts, *A History of Militarism*, Nova York: The Free Press, 1967, pp. 41-74.

QUADRO 1

INTERVENÇÕES MILITARES, 1889-1930

PRINCIPAL													
ARMA	GRUPO ENVOLVIDO	1889	1891	1892	1893	1895	1897	1904	1910	1915	1922	1924	1930
Exército	Oficiais superiores			X									X
	Oficiais inferiores	X				X	X	X			X	X	X
	Praças			X						X			
Marinha	Oficiais		X	X	X							X	X
	Praças		X						X				

<i>Exército</i> –	1829: Proclamação da República	<i>Marinha</i> –	1891: Revolta da Esquadra
	1892: Manifesto dos 12 Generais		1891: Revolta do “Primeiro de Março”
	1892: Revolta do Sargento Silvino		1892: Manifesto dos 12 Generais
	1895: Revolta da Escola Militar		1893: Revolta da Armada
	1897: idem		1910: Revolta dos Marinheiros
	1904: idem		1924: Revoltas de Protógenes
	1915: Revolta dos sargentos		Gumaraes e Hercolino
	1922: Revolta tenentista		Carcardo
	1924: idem		1930: Movimento Pacificador
	1930: idem		
	1930: Movimento Pacificador		

Examinaremos, a seguir, separadamente, o recrutamento de oficiais e praças no Exército brasileiro.

O recrutamento de oficiais A origem nobre de muitos oficiais do Exército português à época da Independência é denunciada pelo fato de vários deles terem passado pelo Colégio dos Nobres de Lisboa, pela Academia de Marinha ou terem pertencido à instituição do cadetismo. O Colégio e a Academia exigiam qualidade de nobreza aos que neles quisessem ingressar. O cadetismo, criado em 1757, tinha por objetivo favorecer a entrada de nobres no serviço militar através da concessão de privilégios negados a outros grupos sociais. O candidato a cadete tinha que demonstrar nobreza de quatro costados e, uma vez no Exército, recebia logo privilégios de oficial e vantagens financeiras. O sistema foi abolido em Portugal

em 1832 por discriminatório e anticonstitucional, mas sobreviveu no Brasil até o fim da Monarquia, apesar de padecer aqui dos mesmos vícios.⁵

O preço de sua sobrevivência no Brasil foi o relaxamento dos critérios de nobreza. Disposições de 1809 e 1820 ampliam a faculdade de se alistarem cadetes aos filhos de oficiais das forças de linha e das milícias, bem como das ordenanças e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríficas. Em 1853 os filhos de oficiais da Guarda Nacional são também admitidos ao título nobre de cadete.

Ao lado dos cadetes havia outra instituição de origem nobre, os soldados particulares. No Brasil se destinava principalmente a filhos da “nobreza civil”, os doutores em leis ou medicina, e a filhos de pessoas abastadas, principalmente comerciantes. O recrutamento militar favorecia assim a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes, pelo prestígio, pela riqueza ou pelo poder. Se as crises regenciais, principalmente em torno da Abdicação, no Rio, evidenciaram certo atrito nativista entre oficiais portugueses e brasileiros, a solução dada demonstrou a existência de outra distinção importante, separando oficiais e praças. Os oficiais portugueses que aderiram à causa nacional foram mantidos no Exército. E o expurgo feito por Feijó em 1831 atingiu principalmente os praças, como o atesta a formação logo em seguida do batalhão de oficiais-soldados, comandado pelo futuro Caxias. Os oficiais brasileiros tinham suas queixas contra o sistema colonial que os discriminava em termos de carreira em benefício dos portugueses, mas, politicamente, eram em sua grande maioria leais ao Governo e não apresentavam reivindicações de natureza social como os praças. Feijó reduziu o poder da organização militar mas manteve intacta sua estrutura.

Ao longo do Império, o caráter nobre do recrutamento militar modificou-se no sentido de tornar-se cada vez mais endógeno à organização, isto é, a limitar-se cada vez mais à nobreza militar com exclusão da civil. A concessão do direito ao título de cadete a filhos de oficiais favorecia esta evolução. O *Quadro 2* ilustra essa mudança.

⁵ Sobre o cadetismo, ver Rui Vieira da Cunha, *Estudo da Nobreza Brasileira. I – Cadetes*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966, e General Francisco de Paula Cidade, *Cadetes e Alunos Militares Através dos Tempos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

QUADRO 2

PROFISSÃO DO PAI E TÍTULOS DE CADETE E SOLDADO PARTICULAR. GENERAIS DE 1860 a 1889.
(NÚMEROS ABSOLUTOS)

Títulos	Militar	Outra	Total
Cadete	22	6	28
Soldado particular	—	4	4
Nenhum	7	21	28
TOTAL	29	31	60

FONTE: Laurênio Lago, *Os Generais do Exército Brasileiro de 1860 a 1889*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

O quadro mostra, em primeiro lugar, que, no fim do Império, mais da metade dos generais ainda possuíam título de nobreza sangüínea. Mas mostra também que a quase totalidade destes títulos era concedida a filhos de militares. Os filhos da nobreza civil, os soldados particulares, tinham quase desaparecido. A organização militar fechava-se aos poucos sobre si mesma, gerando às vezes verdadeiras dinastias militares como as dos Lima e Silva no Império e dos Fonseca na República. A elite civil passou a preferir, para o serviço militar, a Guarda Nacional, que exigia menor esforço e interferia pouco nas atividades particulares. Por outro lado, o próprio título de nobreza dos militares perdera quase totalmente seu conteúdo original. No fim do Império, por exemplo, o título de cadete já podia ser conseguido através da nomeação política do pai do pretendente a oficial da Guarda Nacional.⁶ Com exceção do Rio Grande do Sul, parece que o recrutamento de oficiais, ao longo do Império e da República adentro, passou a ser feito predominantemente dentro da própria organização e entre grupos sociais de renda mais baixa e *status* menos que nobre. Não existem bons dados sobre a origem social dos oficiais durante a Primeira República, mas, das várias biografias e autobiografias publica-

⁶ Assim aconteceu, por exemplo, com o pai do futuro Marechal Setembrino de Carvalho, um simples funcionário público estadual, que foi nomeado Capitão da Guarda para que o filho pudesse se tornar cadete. Ver o depoimento do Marechal em seu livro *Memórias. Dados para a História do Brasil*, Rio de Janeiro, sem indicação de editor, 1950, pp. 24-25.

das, pode-se perceber, por exemplo, que a quase totalidade dos líderes tenentistas era proveniente de famílias pobres. Estão nesta situação os Távora, Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto. Alguns, como os Távora, confessadamente entraram para o Exército como a única maneira de prosseguir os estudos, uma vez que as rendas familiares eram insuficientes. Quando Leitão de Carvalho manifesta intenção de ingressar no Exército, seu professor lhe pergunta se o motivo é falta de dinheiro.⁷

Os únicos dados sistemáticos disponíveis sobre origem social de militares são os coletados por Alfred Stepan. Embora se refiram a período posterior, parece que representam ainda padrão que não deve estar muito longe do vigente ao fim da Primeira República. Stepan levantou a filiação dos alunos da Academia Militar de 1941 a 1943. Os dados foram coletados na AMAN, mas na época a Academia funcionava no Realengo. O Quadro 3 reproduz com alguma simplificação as informações de Stepan.

A classificação do autor se presta a reparos. A inclusão de todos os profissionais liberais, incluindo dentistas, na classe alta tradicional, ou a colocação, na mesma categoria de classe média, de industriais e servidores públicos é discutível. Mas o quadro deixa bastante claro que, ainda em 1941, a carreira militar não era escolha preferida da elite civil.⁸ O número de filhos de militares parece baixo em comparação com os dados do Império, mas a mudança foi apenas temporária. Os dados do mesmo autor para os alunos da AMAN entre 1962 e 1966 indicam que 35% são filhos de militares, demonstrando a tenacidade da tendência ao recrutamento endógeno, mesmo numa estrutura social muito mais diversificada que a imperial.

Para a Marinha, os dados existentes são ainda mais precários. Mas, se há diferença, é no sentido de ser mais acentuado o caráter "nobre" nesta corporação. Pelo Regulamento de 1782 da Academia Real de Marinha, exigia-se, para ser guarda-marinha, que o candidato fosse fidalgo ou filho de oficial da Marinha ou do Exército. Estas duas fontes de recrutamento predominam entre os almirantes do Primeiro Reinado.⁹ A transferência de

⁷ Ver Marechal Estêvão Leitão de Carvalho, *Memórias de um Soldado Legalista*, Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961, Tomo I, p. 13.

⁸ E isto apesar de medidas discriminatórias introduzidas durante o Estado Novo, que procuravam impedir o ingresso no oficialato de pessoas de classe baixa. Ver a respeito Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um Soldado*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 183.

⁹ Ver Henrique Boiteux, *Os Nossos Almirantes*, Rio de Janeiro: Imprensa Naval, especialmente os três primeiros volumes, 1915-1917, 1920.

QUADRO 3

PROFISSÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA ACADEMIA MILITAR,
1941-43 (%)

	<i>Classe alta tradicional</i>	<i>Classe média</i>	<i>Classe baixa qualificada</i>	<i>Classe baixa não qualificada</i>
Fazendeiro	3,8	industrial 3,1	artesão 0,8	operário 0,7
Profissional liberal	14,5	comerciante 25,7	outras 0,7	camponês 0,3
Outras	1,5	servidor público 15,8		empregado doméstico 1,3
		militar 21,2		
		outras 10,6		
TOTAL	19,8	76,4	1,5	2,3
	(N = 204)	(N = 788)	(N = 15)	(N = 24)

FONTA: Alfred Stepan, *The Military in Politics, Changing Patterns in Brazil*, Princeton: Princeton University Press, 1971, p. 32.

oficiais portugueses para a Marinha brasileira foi maior do que no Exército. D. João trouxe toda a Academia de Marinha a bordo de um navio, e, em 1822, 98 oficiais aderiram à causa brasileira, não o fazendo apenas 27. Os oficiais ingleses absorvidos eram todos também de origem nobre, de acordo com a tradição inglesa. Durante o período imperial a Marinha parece ter mantido um padrão mais alto de recrutamento do que o Exército. Podemos encontrar entre Almirantes filhos de importantes políticos, como é o caso de Jaceguay, e de famílias nobres, como é o caso de Saldanha da Gama, bem como vários filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha. No depoimento de um oficial desta arma, "a oficialidade da Marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil". Tobias Monteiro, em seu libelo contra o domínio de doutores no Brasil, escrevia em 1917 que as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em Direito, Medicina e Engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha.¹⁰ O estilo aristocrático do oficial da Marinha personificou-se no fim do Império e início da República na figura de

¹⁰ Ver *Um Oficial da Marinha, Política Versus Marinha*, Rio de Janeiro: Garnier, s/data, p. 90 e Tobias Monteiro, *Funcionários e Doutores*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919, 2ª ed., p. 14.

Saldanha da Gama, que tanto brilhava na Academia Naval, de que era diretor, como nos teatros e salões do Brasil e do exterior. O pequeno número de oficiais desta arma e suas constantes viagens ao exterior que exigiam maior cosmopolitismo favoreciam e encorajavam a manutenção deste padrão superior de recrutamento.

O recrutamento de praças A par deste recrutamento de oficiais, que evoluiu, no Exército, de aristocrático para endógeno e de classe média, temos o recrutamento das praças que até 1916 foi consistentemente feito em classes baixas. Disto já eram uma indicação as manifestações do "povo e tropa" do período regencial. A maneira de se fazer este recrutamento fica clara em decreto de 1835, que manda, no caso de fracasso do recrutamento voluntário: "Proceder-se-á a recrutamento forçado e o recrutado servirá por seis anos, receberá somente soldo simples, será conduzido preso ao quartel e nele conservado em segurança até que a disciplina o constitua em estado de se lhe facultar maior liberdade."¹¹ Os *relatórios* do Ministério da Guerra estão cheios de queixas contra o sistema de recrutamento e de pedidos ao Congresso de leis mais adequadas. Fala-se na "geral repugnância da população para a carreira das armas" e na impossibilidade de manter os recrutas nas fileiras. Os voluntários eram obrigados a servir seis anos e os recrutados nove anos, mas as constantes deserções, as doenças, a incapacidade física e as mortes, desfalcavam o contingente em proporção calculada pelo Ministro, no *Relatório* de 1862, em um terço anualmente.

Em 1874 foi finalmente aprovada nova lei de recrutamento que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento. Certas disposições da lei fizeram, no entanto, que ela resultasse em completo fracasso. De um lado, permitia pagar aos que não quisessem servir certa quantia de dinheiro ou apresentar substitutos, e introduzir isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio etc. De outro lado, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo Juiz de Paz e completadas pelo Pároco e pelo Subdelegado. O resultado foi continuar o serviço pesando totalmente sobre pessoas sem recursos financeiros ou políticos. Silveira Martins dizia a respeito desta lei, em 1877, em discurso na Câmara: "Que

¹¹ Decreto de 20 de novembro, em *Coleção de Leis do Império*, 1835.

desigualdade mais funesta pode haver do que a que consagra o privilégio dos ricos, permitindo que se isentem por um conto de réis do sagrado dever de defender a pátria?¹² O novo sorteio só colhia os pobres em suas malhas, ou não colhia ninguém, continuando o recrutamento a ser feito a laço como anteriormente. Ainda em 1913, Leitão de Carvalho diz que as principais fontes de recrutamento do Exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela Polícia; d) os inaptos para o trabalho. Era a seleção invertida, na expressão do autor.¹³

Panorama semelhante se via na Marinha. O *Relatório* do Ministro em 1911, referente ao ano de 1910, ano da revolta dos marinheiros, afirmava: “Estes homens, cujo processo de recrutamento havia sido, em geral, o mais pernicioso possível, pois não só o Corpo de Marinheiros como até as Escolas de Aprendizes, e estas em virtude de seu próprio regulamento, encontravam nos xadrezes da Polícia a maior fonte de alistamento de pessoal, acabavam de dar suficientes provas de sua qualidade e da inconveniência de sua manutenção nas fileiras.”¹⁴ Este recrutamento refletia-se na composição racial das guarnições dos navios que eram, de acordo com o mesmo oficial já citado, formadas de 50% de negros, 30% de mulatos, 10% de brancos ou quase brancos.¹⁵

Pode-se imaginar o que seria a vida interna de quartéis e navios. O mesmo Leitão de Carvalho mostra, em 1914, que num ano, dos 220 homens de um batalhão, 17 foram expulsos e, para os 203 restantes, houve 390 castigos, com média de 14,5 dias de prisão para cada um.¹⁶ Em 1909, o Supremo Tribunal Militar julgou 443 crimes de praças do exército, sendo que 321 de deserção e 24 de homicídio. Para a Marinha, o *Quadro 4* mostra a permanência do problema da deserção ao longo de 80 anos. Os dados se referem ao Corpo de Imperiais Marinheiros, posteriormente Corpo de Marinheiros Nacionais. A fonte de recrutamento indicada como “outra” se compõe, quase que exclusivamente, de recrutamento forçado.

¹² Sessão de 11/9/1877, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1877.

¹³ Estêvão Leitão de Carvalho, “O Voluntariado do Exército”, *A Defesa Nacional*, I, 2 (novembro, 1913), pp. 40-43.

¹⁴ *Relatório* do Ministro Joaquim Marques Batista de Leão, p. 20.

¹⁵ Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, p. 85.

¹⁶ Estêvão Leitão de Carvalho, “Outro Aspecto do Nosso Voluntariado”, *A Defesa Nacional*, I, 5 (fevereiro, 1914), pp. 140-142.

QUADRO 4

FONTES DE RECRUTAMENTO E DESERÇÕES NA MARINHA,
1850-1929 (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Ano	FONTES DE RECRUTAMENTO			Deserções
	Voluntariado	Escolas de aprendizes	Outra	
1850	1	—	319	156
1888	64	431	511	360
1900	7	261	—	127
1920	159	478	637	258
1929	20	409	—	241

FONTE: *Relatórios* do Ministério da Marinha para os respectivos anos.

Brigas, roubos e bebedeiras eram freqüentes nos quartéis e não admirava que a população olhasse com terror a perspectiva do recrutamento.¹⁷ Nos navios “as partes diárias são um rosário de pequenas indisciplinas, de intrigas, de perseguições, de violações e imoralidades que se passam entre a guarnição”.¹⁸ A contrapartida de tudo isso era o castigo físico. Abolido pela Lei de 1874, continuou no Exército e na Marinha até muito mais tarde. As surras com espada sem corte, depois com varas de marmelo no Exército e chibata na Marinha, previstas na legislação do Conde de Lippe, de 1763, eram freqüentes nas duas corporações e foram a principal causa da revolta dos marinheiros em 1910.

Em contraste com tudo isso havia a Guarda Nacional, na qual eram obrigados a servir todas as pessoas com renda anual superior a 100\$000, entre as idades de 21 e 60 anos. Eram dispensados do serviço apenas os militares, clérigos e oficiais de justiça. O alistamento, pela reforma de 1850, foi entregue a oficiais da própria Guarda e aos juizes municipais, pessoas de nomeação do Governo Central, evitando-se assim excessiva

¹⁷ Uma rápida, mas informativa descrição da vida aquartelada ao fim do Império pode ser encontrada em Coronel F. de Paula Cidade, “O Exército em 1889. Resumo Histórico”, em *A República Brasileira*, volume organizado e editado pela Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1939, pp. 229-304.

¹⁸ Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, p. 87.

influência de autoridades eletivas.¹⁹ O *Quadro 5* dá uma idéia da distribuição da renda num batalhão da Guarda Nacional do Município de Paranaguá, Paraná, em 1877.

QUADRO 5

RENDA E OCUPAÇÃO DOS MEMBROS DO 3º BATALHÃO DA GN ATIVA DE PARANAGUÁ, 1877

Posto	Renda	Número	Ocupação
Tenente-Coronel	5.000\$000	1	negociante
Major	2.000\$000	1	negociante
Capitão	1.000\$000	3	2 negociantes, 1 lavrador
Tenentes e alferes	600\$000	4	2 negociantes, 2 lavradores
Praças	300\$000	501	499 lavradores, 1 sapateiro, 1 alfaiate
Total		510	

FONTE: *Documentos do Min. da Justiça, maço 446*, Arquivo Nacional.

Apesar de manter hierarquia organizacional paralela à hierarquia de renda, o nível inferior da renda excluía da Guarda praticamente todos os elementos normalmente recrutados para o Exército e a Marinha. A Guarda era uma fiel representação dos grupos de renda mais alta do país, ao passo que o Exército não se ligava a estes grupos nem mesmo pela oficialidade, como em parte o fazia a Marinha. Criou-se assim um verdadeiro divórcio entre o Exército e os grupos dominantes civis. Assim marginalizada, a oficialidade do Exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra esses grupos, representados principalmente pela elite política civil. A existência da discriminação e o correspondente ressentimento por parte do Exército aparecem claramente no episódio das Cartas Falsas. Ao chamar o Marechal Hermes de “sargento sem compostura”, o autor das cartas atingiu profundamente o ego militar, como o demonstra a reação violenta que se seguiu. Este fosso entre o Exército e as elites civis só seria

¹⁹ Ver as leis de 18 de agosto de 1831 e 19 de setembro de 1850, que criam e reorganizam a Guarda Nacional, respectivamente. *Leis do Império*, 1831, 1ª parte, pp. 49-74, e 1850, 1ª parte, pp. 237-259.

reduzido com a introdução do sorteio militar, que obrigou os filhos destas elites a ingressar nas fileiras.

A lei do sorteio militar O recrutamento que se fazia até 1916, ao mesmo tempo que marginalizava o Exército, impedia que este se modernizasse internamente pela má qualidade dos recursos humanos que lhe fornecia. O sorteio universal era a única solução possível para o problema. A luta por sua introdução foi continuada na República, agora ajudada pelo maior poder político adquirido pelo Exército. Mas a resistência também continuou poderosa, através da imprensa, do Congresso e até mesmo de organizações operárias.

Em 1896 criou-se a Confederação Brasileira do Tiro como um primeiro passo para aproximar do serviço militar os jovens das classes média e alta. Não teve muito êxito a iniciativa, até que foi reativada por Hermes em 1906. Como Ministro da Guerra de Afonso Pena, Hermes deu o grande impulso para a transformação do Exército. Em 1908 conseguiu passar, afinal, a lei do sorteio. Conseguiu também tornar obrigatória a instrução militar em colégios secundários. Já no ano seguinte, 50 Sociedades de Tiro estavam organizadas, com um total de 13.511 membros.²⁰

Mas a Lei de 1908 não teve muito melhor sorte do que a de 1874. Como esta, não “pegou”. Nem mesmo o fato de o próprio Hermes ocupar a Presidência no quadriênio seguinte garantiu a aplicação da lei. Foram necessárias longa campanha e a Guerra Mundial para que se conseguisse pô-la em prática. A campanha foi liderada por um grupo de jovens oficiais que haviam estagiado no Exército alemão, de 1906 a 1912, e que criaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional* para a divulgação de suas idéias. Este grupo, de que falaremos adiante, ficou conhecido pelo nome de “jovens turcos”, referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal. O problema é discutido desde o primeiro número da revista. O relacionamento entre o tipo de recrutamento e o desprestígio do Exército está expresso em editorial de 1917: “No Império, o recrutamento forçado, que trazia para as fileiras do Exército os elementos da mais baixa camada social, foi sempre o maior fator de desprestígio da farda que, em vez de representar o cultivo do amor pela pátria, era tida como um símbolo de castigo.”²¹ No Governo de Wenceslau Braz (1914-1918), o Ministro da Guerra José Caetano de Faria, simpático à campanha de renovação dos

²⁰ *Relatório do Ministério da Guerra para 1909* (publicado em 1910), pp. 18-20.

²¹ *A Defesa Nacional*, IV, 140 (janeiro, 1917), p. 114.

“jovens turcos”, chama um deles para oficial-de-gabinete, e a luta pelo sorteio se intensifica, agora grandemente auxiliada pela eclosão da guerra. Em 1915, os “turcos” conseguem o apoio de Olavo Bilac para a campanha. Bilac era filho de militar, mas também poeta de renome e plenamente aceito nos meios civis. Sua campanha se dirige exatamente aos centros da concentração dos filhos das elites civis, isto é, às faculdades de Direito e Medicina, principalmente as do Centro e Sul do país. Bilac quer que se acabe com o “divórcio monstruoso” que separa Exército e povo. Pelo sorteio, diz ele, “teremos o Exército que devemos possuir: não uma casta militar, nem uma profissão militar, nem uma milícia assoldada, nem um regime militarista, oprimindo o país, mas um Exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade”. Quer que “o Exército seja o povo e o povo seja o Exército, de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado”.²²

A ofensiva dos “turcos” se torna mais intensa e sucedem-se medidas tendentes a introduzir as modificações desejadas. Em 1916, cria-se a *Liga de Defesa Nacional*, já com apoio de representantes das elites civis. No mesmo ano faz-se o primeiro sorteio de acordo com a Lei de 1908. Dois anos depois já se exige carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos, reorganiza-se a Confederação do Tiro de Guerra, agora sob controle do Exército, para absorver os alistados não incorporados. Amplia-se também a instrução militar nos estabelecimentos de ensino secundário e superior. Em 1926, já há 226 estabelecimentos de ensino com instrução militar e 677 Sociedades de Tiro.

A transformação iniciada pelo sorteio pode ser avaliada pelos dados do *Quadro 6*.

O grande número de insubmissos indica que, como era de esperar, a inovação continuou a encontrar resistências. O alistamento estava a cargo de juntas locais dirigidas pelos Presidentes das Câmaras Municipais, o que possibilitava o tradicional uso do recrutamento como arma política nas lutas locais. Este fato levou *A Defesa Nacional*, em 1919, a reclamar para o Exército todo o controle do processo, como de fato se deu posteriormente. Mas o grande passo estava dado e a transformação era irreversível. Como conseqüência lógica, a Guarda Nacional é extinta em 1918.

²² Ver Olavo Bilac, *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965, pp. 106, 107, 70.

QUADRO 6

ALISTAMENTO E RECRUTAMENTO MILITAR
(EXÉRCITO), 1916-1919

	1916	1919
Alistados	54.404	113.073
Sorteados	3.457	41.828
Incorporados	2.926	14.382
Insubmissos	890	22.663

FONTES: *Relatório de 1919*.

Mesmo sendo já um órgão de exclusivo uso político, a extinção da Guarda significava o fim da dualidade do serviço militar, um destinado às classes baixas, outro às classes altas.²³ Para o Exército, foi uma transformação básica. Podia agora contar com abundante e qualificado material humano, podia modernizar e sistematizar o processo de treinamento, podia criar reservas, podia incluir em suas funções a educação cívica, como o pregavam Hermes, os “turcos” e Bilac, e podia, finalmente, reduzir a distância que o separava da elite civil. Só então o Exército ganha condições de se tornar aos poucos realmente nacional. O sorteio deu ao Exército o monopólio do serviço das armas ao nível nacional, multiplicando com isto seu poder político.

2. O TREINAMENTO DE OFICIAIS

O impacto do tipo de recrutamento nas Forças Armadas é inversamente proporcional à intensidade do processo interno de socialização. Este processo se verifica principalmente na formação do corpo de oficiais,

²³ Houve na República verdadeira orgia de criação de corpos e oficiais da Guarda Nacional. Para demonstrar que se perdera toda preocupação com o funcionamento real da Guarda, basta citar alguns números referentes ao ano de 1916. Até então tinham sido criadas legalmente 2.976 brigadas, com 9.784 corpos. Isto correspondia a um efetivo de paz de 4.511.540 homens, com 239.176 oficiais. Em tempo de guerra, este efetivo se elevava a 10.120.397. Ver Castro Ayres, “A Guarda Nacional”, *A Defesa Nacional*, VI, 63 (dezembro, 1918), pp. 106-109.

e se processa através de uma série de mecanismos, tanto formais como informais. Vamos examinar o mecanismo formal da educação dos oficiais, que funciona principalmente através das Escolas Militares.

Grande parte dos oficiais do fim do Império e da primeira década da República foi formada na Escola Militar da Praia Vermelha. Esta escola evoluíra da Academia Real Militar de 1810, que se bipartiu, em 1858, para separar a parte de Engenharia Civil do ensino propriamente militar. O ensino da Engenharia Civil ficou com a Escola Central, transformada, em 1874, na Escola Politécnica, já então sob a jurisdição do Ministério do Império.²⁴

A separação foi mais formal do que real. Na prática, principalmente com a entrada do positivismo na Escola Militar, esta passou a ser mais um centro de estudos de Matemática, Filosofia e Letras do que de disciplinas militares. A influência positivista se tornou maior a partir do ingresso de Benjamin Constant como Professor da Escola, em 1872, logo após o término da Guerra do Paraguai. Depoimentos de ex-alunos, o conteúdo das revistas publicadas na escola, tudo indica a existência de um ambiente muito distante do que seria de esperar numa instituição destinada a preparar técnicos em fazer guerra. São publicadas várias revistas, nenhuma de assuntos militares. A revista *Fênix*, por exemplo, publicava coisas do seguinte estilo: "A Poesia Científica", "A Positividade do Século", "A Harmonia do Estilo" etc. Sua congênere, *Clube Acadêmico*, não ficava atrás, publicando trabalhos sobre a "Evolução Cósmica", "Concepção de Leibnitz" etc. As freqüentes sessões de discussão debatiam problemas do tipo "Será possível a Paz Universal?" Havia várias sociedades literárias, e mesmo dramáticas. Leitão de Carvalho, ao freqüentá-la entre 1901 e 1904, observa que o ambiente quase nada tinha de militar. Nem formatura havia. Ao terminar o segundo ano na Praia Vermelha, diz este autor: "A ausência do espírito militar nos cursos das escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura ou, simplesmente, os assuntos recreativos do espírito."²⁵

Não se poderia esperar que profissionais competentes saíssem destas Escolas, com exceção talvez dos Engenheiros Militares. Na apreciação de

²⁴ Para breve história das Escolas Militares, com ênfase em seu ambiente cultural, ver Umberto Peregrino, *História e Projeção das Instituições Culturais do Exército*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. A parte referente à Praia Vermelha se acha nas pp. 23-32.

²⁵ *Memórias*, tomo I, p. 32. Na época funcionava no Realengo uma escola preparatória, chamada Prática, depois Tática. Os alunos lá faziam três anos de estudos preparatórios antes de ingressar na Praia Vermelha.

um General, escrita em 1914: "Raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplares deles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professores de matemáticas ciências físicas e naturais, como amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes."²⁶ O que na verdade produzia a Escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito e Medicina. Dentro do próprio Exército esses oficiais gostavam de ser chamados de doutores. Era "Dr. General", "Dr. Tenente" ou simplesmente "seu doutor".²⁷ Estava aí criado o perfeito ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão, que desde a Proclamação da República passou a pertencer à ideologia das intervenções militares no Brasil.

Ao lado desse grupo de bacharéis de farda, quase todos alunos ou ex-alunos de Benjamin Constant, ainda nos postos iniciais da carreira, havia, no fim do Império, outro grupo chamado, algo pejorativamente, de "tarimbeiros", composto de oficiais mais velhos, quase todos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, muitos sem curso na Escola Militar. Dos 60 Generais das três últimas décadas do Império, por exemplo, mais de 90% tinham lutado no Paraguai, e mais de 50% lutaram também contra Rosas ou em alguma campanha interna. Apesar de terem chegado ao posto máximo da hierarquia militar, 30% deles não tinham o curso da Escola. Se um Benjamin Constant, um Euclides da Cunha eram exemplos do primeiro tipo de oficial, Deodoro era a personificação do segundo.

As relações entre os dois grupos não eram fáceis. Se, de um lado, Deodoro dizia que seu único benfeitor fora Solano López, a quem devia sua carreira militar, de outro lado, os bacharéis, adeptos do pacifismo positivista, desprezavam as façanhas bélicas e consideravam a Guerra do Paraguai um desastre. Na Escola Militar, medalha da Guerra era causa de ridículo.²⁸ Unia-os, no entanto, a farda. O *esprit de corps* era certamente muito mais desenvolvido nos "tarimbeiros" do que nos bacharéis. Durante a Questão Militar, toda ela girando em torno dos "brios feridos"

²⁶ General Tiro Escobar, citado por Coronel F. de Paula Cidade, "O Exército em 1889", p. 251.

²⁷ Ver F. de Paula Cidade, "Recrutamento dos Oficiais", *A Defesa Nacional*, II, 14 (novembro, 1914), pp. 49-52. O autor refere anedota do oficial que deu a seguinte ordem: "Senhor corneta, faça o obséquio de tocar refeição", que bem ilustra o bacharelismo desses militares.

²⁸ Ver Gen. F. de Paula Cidade, *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*, sem local e editora, 1959, p. 266.

da corporação, os primeiros foram os que tomaram a iniciativa. Mas os bacharéis de farda, embora algo apaisanados, se viam forçados a aderir à corporação como único ponto de referência que lhes restava em face da sua marginalização social. Além disso, só através da organização conseguiriam apoio para sua luta contra o sistema imperial, considerado retrógrado, e seus representantes, os bacharéis civis corporificados nos políticos. A Proclamação da República viria como uma fusão destes dois grupos, em que os jovens entravam com as idéias e os velhos com a corporação. Por sobre as divergências prevaleceria o *esprit de corps*.

Esta situação do treinamento de oficiais se repetia apenas em parte na Marinha. Havia, também, na Escola Naval, um excesso de ensino matemático e teórico. Muitos alunos de lá saíam sem ter dado um tiro de canhão ou lançado um torpedo. No dizer de um oficial, “a Escola Naval era uma paráfrase da Escola Politécnica”.²⁹ Mas lá não houve a invasão positivista, fato que reduziu de muito as preocupações políticas dos alunos. As únicas cadeiras na área de ciência social eram as de Direito natural, público e constitucional, ao passo que a Escola da Praia Vermelha, pela reforma de Benjamin Constant de 1890, possuía até uma cadeira de Sociologia. Além disso, os alunos da Escola Naval permaneciam num isolamento físico muito maior. De 1867 a 1882, por exemplo, a Escola funcionou a bordo de um navio. A partir deste último ano foi transferida para a Ilha das Enxadas, onde permaneceu até 1938. Para esses alunos seria impossível invadir as ruas da cidade sempre que houvesse agitações políticas, como o faziam seus colegas do Exército. Finalmente, seu número era outro fator importante. Em 1930, ao fim da República, não passavam de 100, em comparação com os 750 da Escola Militar. Não houve, também, na Marinha, a separação entre doutores e “tarimbeiros”. Os líderes navais no início da República eram todos oficiais superiores reconhecidos também por seu grande preparo técnico, como Jaceguay, Custódio de Mello e Saldanha da Gama, este então no comando da Escola Naval. Na Marinha não havia Benjamins e Deodoros. Saldanha e outros líderes fundiam em si as características dos dois tipos de liderança. Os problemas políticos nesta arma estariam mais no relacionamento entre oficiais e praças do que no relacionamento entre grupos de oficiais. A Marinha não teria tenentismos.

²⁹ Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, p. 203. Para breve histórico da Escola Naval, ver Prado Maia, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (Tentativa de Reconstituição Histórica)*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, pp. 233-34.

Os “jovens turcos”

A Escola Militar da Praia Vermelha fora fechada definitivamente em 1904, por ocasião de sua última revolta, e só voltaria a funcionar no Rio em 1911, agora no Realengo. Durante esse período, o ensino militar foi todo feito em Porto Alegre, na Escola de Guerra. Foi também a época dos esforços do Marechal Hermes para modernizar o Exército. Além da lei do sorteio, já mencionada, e da reestruturação do Exército, Hermes fez realizar as manobras militares de 1906, espetáculo inédito para a população e há muito não visto no Exército. Mas a medida de maior efeito para o treinamento de oficiais foi sugerida pelo Ministro Rio Branco*: o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no exército alemão, considerado dos mais bem organizados na época. Hermes era entusiasta do sistema alemão e foi convidado a assistir às grandes manobras de 1910 presididas pelo Kaiser, tendo na ocasião negociado a vinda de missão alemã. A missão não veio, mas três turmas de oficiais, uma em 1906, a segunda em 1908 e a última, de 22 membros, em 1910, sofreram por dois anos o impacto da organização militar alemã.³⁰

O último grupo se reuniu na Alemanha antes de regressar e traçou um plano para difundir os conhecimentos adquiridos. Seus membros decidiram integrar-se na tropa para dar o exemplo prático aos colegas. Já no ano seguinte fundaram a revista *A Defesa Nacional*, em aliança com alguns oficiais que não tinham ido à Alemanha, mas que se identificavam com os mesmos propósitos renovadores. A revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, bem como lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política, a defesa nacional. Foram recebidos com reações mistas. Alguns jovens oficiais, saídos da Escola de Guerra de Porto Alegre, onde Paula Cidade já em 1910 fundara a *Revista dos Militares*, também com propósitos renovadores, aderiram à campanha, bem como alguns oficiais superiores, como o General Caetano de Faria. Mas muitos oficiais superiores se sentiram ameaçados pelo entusiasmo renovador dos jovens. Os atritos chegaram a ponto de alguns redatores da revista serem punidos com prisão por críticas a manobras malfeitas num regimento do Rio. Para outros, o movi-

* É posta em prática a partir de 1906.

³⁰ Ver a respeito o depoimento de Leitão de Carvalho em suas *Memórias*, tomo I, pp. 91-156. Leitão fez parte da última turma, a que também pertenceram Bertholdo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo. Todos estes se distinguiram posteriormente por sua atuação no Exército e na política.

mento dos “Cavaleiros da Idéia”, como modestamente se chamavam os “turcos”, era incômodo por perturbar a fácil rotina a que se tinham habituado nos quartéis. Mas aos poucos os “turcos” foram vencendo.

Ao se abrir, em 1911, a Escola do Realengo era muito distinta de sua antecessora. O ensino já era quase todo militar, como também era militar a disciplina interna. Em 1916, como conseqüência da influência dos renovadores, é mandada à Escola aquela que se chamou Missão Indígena, ou seja, um grupo de jovens instrutores, alguns “turcos”, imbuídos da nova mentalidade. Juarez Távora, que freqüentou a Escola de 1917 a 1919, diz destes jovens: “Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias Armas uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera.”³¹ Essa maior preocupação profissional, aliada ao relativo isolamento físico em que se encontrava a nova Escola foram fatores que afetaram seu comportamento político. A Escola só se revoltaria uma vez, em 1922. A própria tradição positivista já perdera sua força, começando com o próprio Juarez um movimento de catolização dos oficiais, ainda na grande maioria materialistas.³²

O trabalho dos jovens “turcos” foi completado pela chegada da Missão Francesa, em 1920. Foi novamente um civil, o Ministro Calógeras, combatido pelos próprios renovadores, que contratou a Missão. A derrota da Alemanha tornara impossível a missão deste país, como era o desejo dos “turcos”. Embora limitada, por exigências do Estado-Maior do Exército, a um papel de consultora, a Missão teve efeitos profundos em toda a organização do Exército.³³ De início excluída da Escola Militar, ela se encarregou de três diferentes cursos para

³¹ Juarez Távora, *Uma Vida e Muitas Lutas*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 1º volume, p. 94.

³² Aspecto interessante e ainda não devidamente examinado é o da filiação religiosa dos militares do Exército. O velho Exército imperial era totalmente católico. A influência positivista mudou radicalmente o panorama no período que vai da última década do Império até mais ou menos a terceira década da República, quando a quase totalidade dos oficiais que saem das Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo é materialista. Começa então reação para a volta ao Catolicismo. Esta religião já predominava ao fim da década dos 30. O positivismo e o ateísmo correspondem exatamente ao período dos movimentos reformistas dentro do Exército. Sobre o início da recatolização, ver Juarez Távora, *op. cit.*, pp. 89-91. Durante o Estado Novo, chegou-se a proibir a entrada de não-católicos (bem como de judeus, pretos, operários) nas Escolas Preparatórias, então criadas para substituir os Colégios Militares, e na Academia Militar. Ver Nelson Sodré, *Memórias de Um Soldado*, pp. 183-84.

³³ Sobre os efeitos da Missão no Exército, ver Cel. J. B. Magalhães, *A Evolução Militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, pp. 349-360.

oficiais: o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes, que se tornou permanente; o curso de Estado-Maior; e o curso de Revisão de Estado-Maior, para capitães, maiores e coronéis que já tivessem este curso. Sob sua influência a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica com a criação de escolas para cada especialidade. Mas foi principalmente na formação de bons oficiais de estado-maior que a Missão exerceu grande impacto sobre o Exército. Até então, o Estado-Maior, embora criado na última década do século passado, não exercera sua verdadeira função de formulador, dentro do Exército, da política de defesa nacional. Na verdade, praticamente não existiam planos nacionais de defesa. O que existia na área se baseava num conceito estreito de defesa que se limitava quase que só à proteção de fronteiras do Sul e Sudoeste. A noção moderna de defesa nacional, incluindo a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos, só começou a ter maior circulação com os “jovens turcos”. E foi a Missão, através da formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão, que tornou possível o início da implementação da nova política. Duas principais conseqüências para a organização militar e seu papel surgiram daí. Para a organização significou movimento de centralização e coesão. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas em pormenores pela cúpula hierárquica, o Estado-Maior. Já em 1920 surgem o *Regulamento Disciplinar do Exército* (R.D.E.) e o *Regulamento para Instrução e Serviços Gerais* (R.I.S.G.). Este maior controle interno aumenta o poder político da organização, ao reduzir a possibilidade de quebras da hierarquia através da ação autônoma de escalões inferiores. O desenvolvimento das atividades de estado-maior era incompatível, por exemplo, com o tenentismo. Para o papel do Exército significou a possibilidade de uma extraordinária expansão. A nova concepção de defesa nacional abrangia todos os aspectos relevantes da vida do país, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderurgia. É significativo, por exemplo, que já em 1927, por influência da Missão, foi criado o *Conselho de Defesa Nacional*, com o objetivo de planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos. Tanto a transformação interna como a transformação no papel do Exército apontavam para uma atuação mais conservadora deste, por implicar maior controle hierárquico e maior controle sobre a sociedade.

3. ASPECTOS ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Além dos aspectos até agora examinados, que dizem respeito aos militares individualmente, há outros que se referem à organização militar como tal e que também têm grande relevância para o comportamento político de seus membros. Serão vistos a seguir.

O tamanho das Forças Armadas A importância política desta característica é óbvia. De modo geral, o poder político das Forças Armadas varia em proporção direta a seu tamanho. Damos no *Quadro 7* o contingente legal do Exército e da Marinha no Império e ao longo da Primeira República.

QUADRO 7

EFETIVOS LEGAIS DO EXÉRCITO E DA MARINHA, 1880-1930

Ano	Exército	Marinha	Índice de crescimento (1850 = 100)	
			Exército	Marinha
1850	15.000	3.000	100	100
1880	13.000	3.000	87	100
1888	13.500	3.300	90	110
1900	28.160	4.450	188	148
1910	20.096*	5.607	133	187
1920	42.977	5.800	286	193
1930	43.173	7.167	288	239

FONTE: *Coleção de Leis do Império e da República*, leis de fixação de forças. Os dados se referem apenas às praças. Nos efetivos da Marinha não estão incluídos os maquinistas, foguistas e aprendizes.

* Os dados para o Exército em 1910 não incluem os inferiores (cabos e sargentos).

Os efetivos reais nem sempre coincidiam com os previstos pela lei orçamentária e pelas leis de organização das duas corporações. Geralmente, o número real de praças era mais baixo, principalmente no Exército. Mas a curva de crescimento não apresenta muita variação. Como se pode ver, houve dois momentos marcantes no crescimento do efetivo do

Exército, um no início da República e outro após a introdução do sorteio. Já o Governo Provisório em 1889 duplicara os efetivos, passando-os para 24.877 homens, havendo quase nova duplicação após a introdução do sorteio. Em quase 40 anos de Governo imperial, excetuando-se os períodos de guerra, não houve praticamente alteração nos efetivos do Exército, ao passo que em igual período da República eles triplicaram. Mesmo em relação ao crescimento da população foi grande a expansão dos efetivos. A população do país cresceu 162% entre 1890 e 1930, os efetivos, de 220%. Embora a proporção soldado *versus* população ainda permanecesse baixa em 1930, em comparação com outros países – 1,1 soldado por mil habitantes –, o crescimento fora substancial em relação ao fim do Império, quando esta proporção era de 0,9 por mil. A tendência crescente não seria mais detida. Segundo dados do Ministro Dutra, em 1941, a evolução dos efetivos reais teria sido a seguinte:

1920	30.000
1930	50.000
1940	93.000 ³⁴

Apesar de alguma divergência nos dados, fica evidente o rápido crescimento da organização com o conseqüente aumento de seu poder.

O crescimento da Marinha foi mais lento. De um lado, a própria natureza da Arma exigia menores efetivos. De outro, os acontecimentos políticos que favoreceram o crescimento do Exército nem sempre tiveram a mesma conseqüência para a Marinha. A revolta de 1893 atingiu severamente a Arma. Seu efetivo real em 1900 era de 2.297, a metade do previsto. Posteriormente, seu crescimento foi retomado, pois passou a ser usada como contrapeso à guarnição do Exército, no Rio. Em 1929, seu efetivo real já superava o previsto em quase 2.000 homens.

O crescimento do número de oficiais e sua relação com o crescimento dos efetivos também um dado politicamente importante, se bem que mais conseqüência do que causa. O *Quadro 8* dá uma idéia aproximada desse crescimento.

Durante a República, o número real de oficiais do Exército é sistematicamente mais alto do que o número previsto, principalmente na primeira década. Na Marinha o excesso só aparece ao final do período. O fim da

³⁴ Gen. Eurico Gaspar Dutra, *O Exército em Dez Anos de Governo do Presidente Vargas*, Rio de Janeiro: DIP., 1941, p. 27.

primeira década republicana mostra bem o contraste entre as duas Armas. A Marinha teve o número de oficiais reduzido em relação ao fim do Império, o mesmo acontecendo, em maior escala, com o número de praças, clara indicação do castigo que sofreu pela revolta de 1893. O Exército teve ambos aumentados, crescendo o número de oficiais mais que proporcionalmente ao de praças, o que também reflete seu papel dominante em relação à Marinha. Houve no Congresso tentativas de reduzir o número de alunos da Escola Militar, mas os próprios alunos se encarregaram de derrotá-las ameaçando os deputados dentro do próprio recinto da Câmara. Ao examinarmos a composição interna do quadro de oficiais veremos a natureza e as conseqüências deste estado de coisas. Só ao fim do período, a proporção praça-oficial tende a voltar ao nível do fim do Império.

QUADRO 8

NÚMERO EFETIVO PREVISTO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO
E DA MARINHA E RELAÇÃO PRAÇAS/OFICIAL, 1889-1929

Anos	EXÉRCITO				Anos	MARINHA			
	Nº Efetivo (a)	Previsão (b)	Relação Praças/Oficial	a - b		Nº Efetivo (a)	Previsão (b)	Relação Praças/Oficial	a - b
1889	1.344	-	-	9	1888	424	521	-97	8
1899	2.882	1.956	+926	5	1900	394	463	-69	5
1915	2.718	-	-	7	1909	570	728	-158	10
1929	5.135	5.106	+29	8	1920	687	555	+132	9

FONTE: Para a Marinha, *Relatórios dos Ministros* para os respectivos anos. Para o Exército, *Almanaque*; para 1915 e 1929, *Relatório* para 1899. Para 1889, o número dos oficiais foi tirado do *Almanaque*, o das praças do *Relatório* de 1888.

Localização geográfica dos efetivos militares A localização das forças do Exército no Império obedecia aos dois objetivos básicos de guarda de fronteiras potencialmente conflitivas e de controle de certos centros urbanos litorâneos tradicionalmente inquietos, principalmente a própria sede do Governo. No sistema centralizado do Império, a conseqüência mais séria desta distribuição era colocar o Governo Central à mercê da guarnição do Rio de Janeiro. O perigo não se materializava devido à estabilidade do sistema e à ausência de tendências intervencionistas no Exército.

O desaparecimento destes dois fatores veio, no entanto, mostrar a precariedade da situação.

No Sistema Federal Republicano, a distribuição desigual das forças tornou-se politicamente mais séria pela possibilidade seja de atritos políticos entre as guarnições e os Governos estaduais, seja pela possibilidade de alianças entre estas duas forças contra o Governo Federal. O *Quadro 9* compara a distribuição de efetivos com a da população.

QUADRO 9

DISTRIBUIÇÃO DE CONTINGENTES DO EXÉRCITO
E DA POPULAÇÃO EM 1888 E 1920 (%)

Provincial Estado	Contingentes	1888		1920		
		População	Soldados p/mil hab.	População	Soldados p/mil hab.	
São Paulo	3,29	9,66	0,28	8,56	14,99	0,80
Minas Gerais	0,96	22,21	0,03	8,82	19,22	0,64
SUBTOTAL	4,25	31,87	0,11	17,38	34,21	0,72
Bahia	5,26	13,39	0,32	3,60	10,89	0,46
Pernambuco	5,54	7,18	0,63	1,64	7,03	0,33
Rio de Janeiro	-	6,11	-	5,22	5,09	1,44
SUBTOTAL	10,80	26,68	0,43	10,46	23,01	0,64
Corte/DF	15,65	3,64	1,31	26,18	3,78	9,70
R. G. do Sul	31,13	6,26	4,08	21,68	7,12	4,26
SUBTOTAL	46,78	9,90	2,39	47,86	10,90	6,15
Mato Grosso	10,80	0,64	13,67	2,60	0,81	4,52
Outros	27,37	30,91	0,73	21,70	31,07	0,98
TOTAL	100,00	100,00	0,82	100,00	100,00	1,40
	(N = 11.748)	(N = 14.333.915)	(N = 42.920)	(N = 30.635.605)		

FONTES: Para 1888, *Relatório do Exército de 1888*, *Censo de 1890*; para 1920, *Censo desse ano*.

Ao fim do Império, como foi dito acima, e como mostra o *Quadro 9*, o Exército distribuía-se em função da defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso e do policiamento de cidades costeiras, como a Corte, Salvador, Recife, Belém. São Paulo e Minas, duas das Províncias economicamente mais importantes, e com 32% da população do país, estavam praticamente desguarnecidas de tropas do Exército. A segurança interna nestas Províncias, e no interior da maioria das outras, era tarefa da Guarda Nacional, principalmente, de vez que os efetivos policiais eram também muito reduzidos. A extrema concentração de tropas na Corte e no Rio Grande do Sul tornava cruciais estas duas guarnições, caso houvesse intervenção dos militares na política. Não foi por acaso que a Questão Militar se desenvolveu nestas duas guarnições e que a Proclamação da República tenha sido obra de parte da guarnição do Rio.

Com a República, algumas mudanças se fizeram na distribuição de tropas. A mudança principal se deu no aumento das guarnições de Minas e São Paulo, com a redução relativa das de Mato Grosso e de Estados do Nordeste, inclusive Bahia e Pernambuco. Foi também aumentada a concentração de tropas no agora Distrito Federal e algo reduzida a do Rio Grande do Sul. Mas essas duas guarnições ainda continuaram a controlar quase 50% do total dos efetivos. Essas mudanças indicam uma tendência de concentrar forças militares onde se concentrava o poder político. A guarda de fronteiras se mantém apenas no Sul e o policiamento se toma atribuição das polícias estaduais. A guarnição da Capital Federal se torna ainda mais decisiva. Seu controle total ou parcial continua fundamental para o êxito de qualquer movimento. O único contrapeso militar a essa guarnição era a Marinha, também quase totalmente concentrada no Rio.

Fora da capital, somente o Rio Grande do Sul tinha condições de opor efetiva resistência militar à guarnição do Rio. A República se faria sem luta porque a tropa rio-grandense, trabalhada pela Questão Militar e pelos republicanos gaúchos, não se oporia ao movimento. E a Revolução de 1930, como quase todos os movimentos militares de âmbito nacional até 1964, se caracterizaria por choques, reais ou previstos, entre tropas que subiam do Rio Grande do Sul e tropas que desciam do Rio de Janeiro.

Essa distribuição de forças iria também afetar o recrutamento de oficiais. Se grande parte deles era, como vimos, composta de filhos de militares, é natural que maior número proviesse de onde havia mais militares. O *Quadro 10* dá algumas informações a esse respeito.

Confirma-se a importância da concentração de tropas na origem geográfica dos oficiais (outros fatores devem ser aduzidos para explicar o

grande número de oficiais provenientes do Nordeste). Para a política republicana, o mais importante era a quase total ausência de paulistas e mineiros entre a liderança militar. O divórcio que vimos anteriormente entre o Exército e as elites civis se agrava com essa distância entre o exército e os dois Estados líderes da política republicana. Segundo dados de Joseph Love, dos 30 Generais-de-Divisão e Brigada, em 1895, 8 eram gaúchos, nenhum mineiro, 1 paulista. Em 1930, novamente 8 em 30 eram gaúchos, nenhum mineiro, nenhum paulista.³⁵ Discutiremos adiante algumas conseqüências políticas deste fato.

QUADRO 10

ORIGEM GEOGRÁFICA DE OFICIAIS DO EXÉRCITO, 1860-1890

Origem	Militares		Ministro da Guerra	
	Generais 1860-1889	Congressistas 1890	1889-1930	
Nordeste	21	24	Alagoas	1
São Paulo, Minas	3	1	Estado do Rio	1
Estado do Rio	3	3	R. G. do Sul	7
R. G. do Sul, Corte/DF	15	9	Sta. Catarina	1
Outros	9	15	Sem informação	12
Exterior	10	—		
TOTAL	60	52		22

FONTES: Para os generais, Laurênio Lago, *op. cit.*; para os militares eleitos para a Assembléia Constituinte, Dunshee de Abranches, *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1917)*, São Paulo, 1918 (sem indicação de editora). Para os Ministros Theodorico Lopes e Gentil Torres, *Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1948*, Rio de Janeiro, 1949 (sem indicação de editora).

Estrutura do corpo de Oficiais O último aspecto organizacional que julgamos importante para explicar o comportamento político dos militares na Primeira República é a estrutura do corpo de Oficiais. Vimos no quadro das intervenções militares que o elemento mais atuante no Exército,

³⁵ Ver Joseph L. Love, *op. cit.*, p. 117.

de 1889 e 1930, foram os jovens oficiais. Vimos, igualmente, que o conflito básico no Exército se dava entre estes oficiais subalternos e os oficiais superiores. Na Marinha, a divisão era entre oficiais e praças, não havendo o fenômeno do tenentismo. Um fator explicativo já foi aduzido no exame do treinamento dos oficiais das duas forças e no seu grau diverso de isolamento físico. Seria o caso de perguntar se a distribuição de oficiais ao longo dos escalões hierárquicos não teria também influência nesta diferença. O *Quadro 11* nos fornece os dados.

QUADRO 11

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO, 1889-1972 (%)

Estrutura	1889	1920	1929	1972*
Generais	2,5	0,9	0,7	2,1
Coronéis	2,7	2,7	2,2	8,0
Ten.-Coronéis	2,8	3,5	3,4	13,8
Majores	4,7	6,5	6,6	26,6
Capitães	22,8	21,3	22,7	36,6
1.ºs Tenentes	64,5 {	65,1 {	64,4 {	12,9 {
2.ºs Tenentes**				
	44,6	37,9	27,0	8,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	
	(N = 1.344)	(N = 3.846)	(N = 5.275)	(N = 6.374)

FONTE: *Almanaque do Exército* para os respectivos anos.

* Os dados para 1872 incluem apenas as Armas tradicionais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

** Inclui, em 1889, os alferes e, em 1920, 1929 e 1972, os aspirantes-a-oficial.

Os dados revelam um panorama surpreendente. A predominância numérica dos tenentes ao longo de todo o período é absoluta. O contraste é enorme ao fazermos a comparação com a situação em 1972.³⁶ A forma

³⁶ O fato de termos computado apenas as três Armas tradicionais em 1972 deve ter reduzido o número de tenentes para esse ano. Mas esta redução não deve mudar muito o panorama e as novas Armas não incluídas indicam também maior complexidade técnica do Exército e se compõem de número muito pequeno de praças, o que lhes tira a capacidade mobilizatória interna.

da estrutura do corpo de oficiais muda totalmente. De uma espécie de pirâmide com base amplíssima na República Velha passa para uma espécie de diamante em 1972, com predominância de grupos intermediários como capitães e majores (*Figura 1*). Essa transformação é em parte devida ao próprio processo de crescimento da organização. Segundo observa Morris Janowitz, o Exército americano passou por semelhante transformação na medida em que se tornava mais complexo e mais especializado. Os escalões médios cresceram à custa dos inferiores.³⁷ Mas em 1920 as diferenças entre os dois Exércitos eram ainda muito grandes, como o demonstra o *Quadro 12*.

QUADRO 12

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS, BRASIL E ESTADOS UNIDOS, 1920 (%)

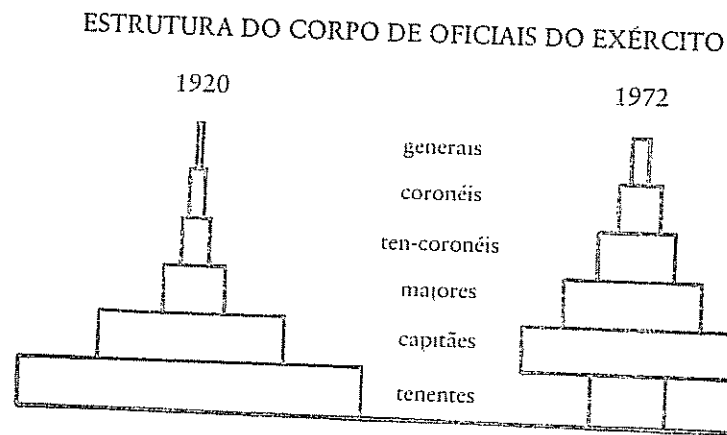
Estrutura	Brasil (a)	E. Unidos (b)	a-b
Generais	0,9	0,4	+0,5
Coronéis e Ten.-Coronéis	6,2	8,8	-2,6
Majores e Capitães	27,8	50,8	-23,0
1º e 2º Tenentes	65,1	40,0	+ 25,1
TOTAL	100,00	100,0	

FONTE: Para os Estados Unidos, Morris Janowitz, *op. cit.*, p. 67.

Este engarrafamento nos escalões inferiores se devia em parte à própria estrutura legal do corpo de oficiais e à legislação de aposentadoria e promoção. Os limites de idade para permanência nos postos eram muito altos relativamente a exércitos mais modernizados, como também o eram os limites para permanência nas fileiras. Além disso, as freqüentes revoltas dos alunos da Escola da Praia Vermelha, com a inevitável anistia um ou dois anos depois, faziam voltar às tropas os revoltosos, contribuindo para a saturação do primeiro degrau da hierarquia. Leitão de Carvalho, por

³⁷ *The Professional Soldier*, pp. 64-68.

FIGURA 1



exemplo, tendo feito todos os cursos do Exército, com dois anos de estágio no Exército alemão, depois de ser Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra, e com 15 anos de profissão, era ainda 1º tenente em 1918, aos 38 anos de idade. Passara 10 anos como 2º tenente.³⁸ A situação chegara a tal ponto que a lei de 1908, que reorganizou o exército, autorizou o fechamento das Escolas de Guerra, Artilharia e Engenharia, até que desaparecessem os 2ºs tenentes excedentes dos quadros.³⁹ Neste mesmo ano, foi criado um Quadro Suplementar, destinado a oficiais em cargos burocráticos, ou não militares, a fim de abrir mais vagas para os que aguardavam nas filas de promoção.

A grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a esse grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião. As lentas promoções contribuíam em gerar insatisfação profissional. E as origens sociais e o treinamento desses oficiais introduziam motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório.

A situação na Marinha, bem como a comparação com a Marinha americana, se encontram no *Quadro 13*.

³⁸ *Memórias*, tomo I, p. 220.

³⁹ Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, *Leis da República*, 1908, p. 32.

QUADRO 13

ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS DA MARINHA,
BRASIL E ESTADOS UNIDOS, 1889-1920 (%)

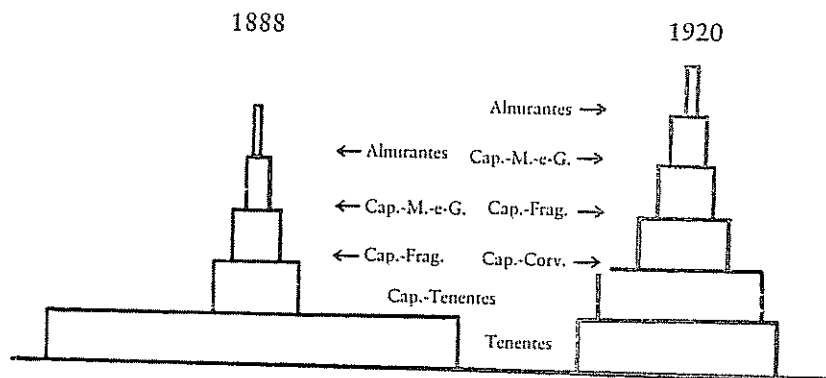
Estrutura	Brasil			Estados Unidos		
	1888	1909	1920(a)	1920(b)	a-b	
Almirantes	3,5	2,4	2,2	1,3	+0,9	
Cap.-M.-e-G.	3,8	3,5	4,2	4,4	-0,2	
Cap.-Fragata	6,8	7,4	6,3	7,6	-1,3	
Cap.-Corveta	-	15,3	12,8	14,4	-1,6	
Cap.-Tenente	13,9	36,3	33,9	32,8	+1,1	
1º Tenente	71,9	37,5	35,1	40,6	39,5	+1,1
2º Tenente						
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
	(N = 424)	(N = 570)	(N = 687)			

FONTE: *Relatórios dos Ministros da Marinha para os respectivos anos*, e Morris Janowitz, *op. cit.*, p. 67.

A Marinha apresenta, no fim do Império, uma estrutura semelhante à do Exército, embora os 1ºs tenentes predominassem já sobre os 2ºs tenentes. Mas, já em 1909, com a introdução de um escalão adicional, o de Capitão-de-Corveta, modifica-se radicalmente a estrutura (*Figura 2*), que em 1920 já era semelhante à da Marinha americana. Os 2ºs tenentes sofrem drástica redução, desaparecendo totalmente em 1909, ano anterior à grande rebelião dos marinheiros. Os dados sugerem que a composição do Corpo de Oficiais não pesou na ausência de um movimento de Tenentes em 1889, na Marinha. Provavelmente, os fatores antes indicados de recrutamento, treinamento e isolamento predominaram.⁴⁰ Mas a redução dos 2ºs tenentes, aliada ao grande aumento de marinheiros, exigido

⁴⁰ É sintomático, por exemplo, que enquanto os Tenentes do Exército se empenhavam na jornada de 15 de novembro, parte de seus colegas da Marinha se achava em viagem, a bordo do "Almirante Barroso", sob o comando de Custódio José de Mello. Entre os comandados de Custódio achava-se o 2º Tenente e Príncipe imperial, D. Augusto. Ver Custódio José de Mello, *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

FIGURA 2
ESTRUTURA DO CORPO DE OFICIAIS DA MARINHA



pela compra dos novos navios, certamente tem a ver com a rebelião de 1910. O controle da guarnição, já difícil anteriormente pela diferença de recrutamento, tornou-se impossível nos imensos couraçados sem a presença dos oficiais de maior contato com praças os 2^{os} tenentes.⁴¹

4. IDEOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

A tradição civilista legada pelo Império exigia dos militares republicanos uma justificação, perante si mesmos e perante os grupos políticos e o país em geral, do intervencionismo. As justificações iriam variar de acordo com as mudanças no treinamento do Corpo de Oficiais e no próprio Exército, bem como na sociedade e na política. Três posições básicas podem ser distinguidas durante a Primeira República, como veremos a seguir.

⁴¹ O problema do controle da guarnição já se colocara quando da criação do Batalhão Naval, depois de Fuzileiros. Uma das razões da criação deste corpo foi o policiamento de bordo, isto é, o controle dos marinheiros. Parece, no entanto, que nunca foram utilizados com esta finalidade. Mas também não aderiram aos marinheiros na Revolta de 1910, nem estes a eles, no movimento que logo se seguiu. Sobre as finalidades da criação do Batalhão, ver Visconde de Ouro Preto, *A Marinha D'Ouro Preto*, Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães, 1894, pp. 98-99.

O soldado-cidadão ou a Intervenção reformista

A primeira ideologia intervencionista girava em torno da concepção do soldado-cidadão, desenvolvida durante a Questão Militar. Inicialmente, essa concepção foi difundida por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e criar embaraços ao Governo imperial. Neste esforço destacaram-se Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, em *O País*, e Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, em *A Federação*.⁴² Como já vimos, nestas duas capitais concentravam-se quase 50% dos efetivos militares. A expressão foi consagrada no *Manifesto* dirigido por Deodoro e Pelotas, em fins de 1889, ao Parlamento e à Nação. Nesse Manifesto, escrito por Rui Barbosa, que mais tarde certamente disto se arrependeria, fala-se em cidadãos fardados, aos quais não se pode negar o direito de participar na vida política do país. A idéia casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant. Eles a adotaram e a usaram para justificar sua ação a 15 de novembro.

A idéia do soldado-cidadão, ao mesmo tempo que era instrumento de afirmação militar, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento da organização em relação à sociedade civil, especialmente a elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar, ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar. Estas ambigüidades a faziam aceitável tanto aos doutores como aos "tarimbeiros". A diferença estaria mais no uso que lhe seria dado. Aos "tarimbeiros" interessava apenas afirmar a organização em face da elite política, num jogo quase que exclusivamente de prestígio e poder. Aos doutores interessava não apenas afirmar a organização, mas também usar o poder desta para reformar o sistema político. Sua posição era mais ambígua, pois seu positivismo tendia realmente a reduzir a diferença entre o militar e o civil, a ponto de aceitar a extinção do militar em favor do cidadão. Se o soldado, na concepção de Benjamin, devia ser "o cidadão armado, importante cooperador do progresso", este próprio progresso, produzido pelo avanço do regime industrial, tornaria os exércitos entidades inúteis e faria com que fossem "recolhidas ao museu da história as armas que se

⁴² Ver, a respeito, José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. O autor mostra especialmente o papel de Quintino Bocaiúva em prolongar artificialmente os efeitos da Questão Militar com o fim de provocar a derrubada do Governo pela força. Sobre os entendimentos entre Senna Madureira e Júlio de Castilhos, ver Coronel Souza Doca, "A Questão Militar", em *A República Brasileira*, p. 29.

empregam como elemento de destruição”.⁴³ No momento, no entanto, o enfraquecimento da organização tiraria aos militares positivistas qualquer possibilidade de atuação política. Daí que a idéia de cooperador do progresso iria implicar na prática a necessidade de fortalecer antes que de enfraquecer o Exército. Nas circunstâncias em que este se achava, porém, as duas coisas — intervenção reformista e fortalecimento eram incompatíveis. O impulso reformista vinha de escalões inferiores e, por isso mesmo, implicava enfraquecimento das linhas hierárquicas, o que é fatal para qualquer organização militar.

O mesmo problema surgiu quando os Tenentes de 1922 retomaram a idéia de soldado-cidadão. Já então não precisavam do apoio da filosofia positivista para sustentar a idéia. Tinham melhor argumento sugerido pela introdução do sorteio militar. Embora o segundo-tenentismo tivesse origem também num episódio em que o prestígio da organização foi o principal agente precipitador, o alistamento universal deu aos rebeldes, ao tentarem, posteriormente, justificar sua ação, um argumento mais sociológico que filosófico. Juarez Távora diria então: “A Força Armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna.”⁴⁴ A própria Constituição republicana, refletindo a idéia do soldado-cidadão, já introduzira a famosa expressão da obediência “dentro da lei”, acrescentando fundamento legal à posição dos novos Tenentes. Juarez, o Tenente que mais amplamente tentou articular as posições do grupo, achava que o dispositivo constitucional dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais. A capacidade de decidir, segundo ele, o militar a adquiria na cadeira de direito público da Escola Militar, que lhe permitia “ombrear com o bacharelismo dos nossos políticos profissionais”.⁴⁵

Novamente, no entanto, se punha o problema anterior da incompatibilidade entre o intervencionismo reformista e o fortalecimento da organização. Apesar de sempre falarem os Tenentes em nome do Exército, ou das

⁴³ Citado em A. Ximeno de Villeroy, *Benjamin Constant e a Política Republicana*, Rio de Janeiro, sem editora, 1928, pp. 155-56.

⁴⁴ Juarez Távora, *A Gusa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo: O Combate, 1927, 1º volume, p. 89. Ver também J. Nunes de Carvalho, *A Revolução no Brasil: 1924-1925*, Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rouse, 1925, e Asdrúbal Gwyer de Azevedo, *Os Militares e a Política*, Barcelos, Portugal: Cia. Editora do Minho, 1926. Todos defendem o direito dos militares de intervirem na política, mesmo contra as autoridades civis e militares.

⁴⁵ Juarez Távora, *A Gusa de Depoimento*, p. 93.

Forças Armadas, eles representavam apenas uma de suas parcelas que, embora a mais numerosa, em termos hierárquicos era a mais fraca numa organização já mais complexa e centralizada. A Revolução de 1930, levando em seu bojo os Tenentes vitoriosos, trouxe sérios problemas para o Exército pelo conflito que gerou entre estes e os oficiais superiores. A promoção rápida dos Tenentes foi um dos meios utilizados para reduzir o problema. O próprio Góis Monteiro, Comandante-Chefe da Revolução e Tenente-Coronel, teve que ser rapidamente promovido a General. A ideologia do soldado-cidadão representava, de um lado, tendências sociais renovadoras e, de outro, levava ao enfraquecimento da organização. Contra este enfraquecimento lutou outro grupo de oficiais que também tirou conclusões opostas sobre o problema da participação política dos militares.

O soldado profissional ou a não-intervenção O movimento renovador dentro do Exército, que já mencionamos anteriormente, e que teve seu impulso a partir da atuação de Hermes no Ministério da Guerra, preocupava-se com a profissionalização militar e via como requisito desta profissionalização o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos. Essa corrente foi grandemente reforçada com a campanha dos jovens “turcos” nos quartéis e nas páginas de *A Defesa Nacional*. A Missão Francesa veio posteriormente trazer um impulso adicional. A *Defesa* só uma vez se refere aos acontecimentos de 1921-22 e o faz para condenar o envolvimento dos militares que considerava um retrocesso na evolução militar do país. Logo após a Revolta de 1922, publica artigo do Coronel Derougemont, da Missão Francesa, que insiste na necessidade da neutralidade política dos oficiais, segundo ele uma característica das democracias liberais. Ainda em 1930, após a vitória do movimento, apesar de ter incorporado o vencedor do dia, Góis Monteiro, no grupo mantenedor, a revista lembra em retrospecto de seus 17 anos de vida: “Onde, porém, nossa ação se tem revelado com segura intransigência é na pregação em prol do respeito refletido ao princípio da disciplina”.⁴⁶

O representante típico desta posição é Leitão de Carvalho, principalmente em seu livro *Dever Militar e Política Partidária*, onde combate tenazmente as posições dos Tenentes, representados por Juarez Távora e Joaquim Nunes de Carvalho.⁴⁷ Influenciado por sua estada no Exército

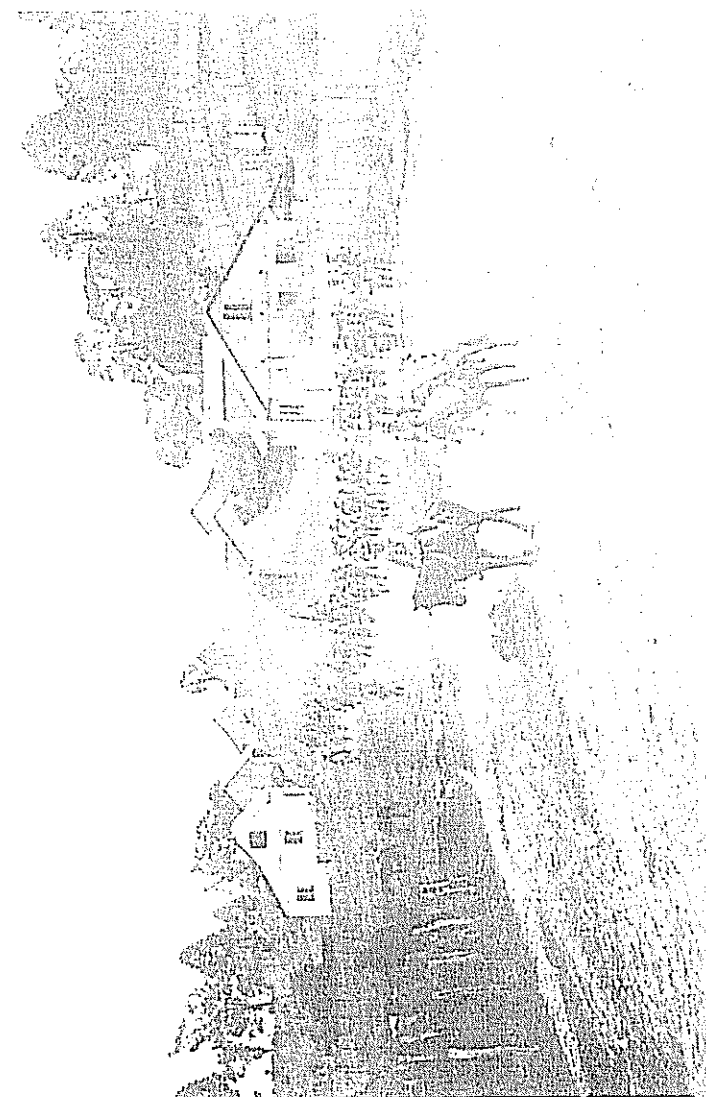
⁴⁶ *A Defesa Nacional*, XVIII, 202, 203, 204 (outubro, novembro, dezembro, 1930), p. 1. Devido ao movimento armado, os três últimos números do ano foram englobados em um só.

⁴⁷ Ver Gen. Estêvão Leitão de Carvalho, *Dever Militar e Política Partidária*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

alemão e, posteriormente, pela Missão Francesa, Leitão lutou constantemente pela transformação do Exército num órgão nacional dedicado à preparação da defesa do país, longe das lutas políticas. Segundo ele, o envolvimento político dos oficiais diverte sua atenção e quebra o princípio da disciplina. O Exército deve ser o órgão de defesa nacional, sob a direção dos comandos superiores, por sua vez submetidos ao Presidente da República. A luta deste grupo teve efeitos importantes na organização militar. Já mencionamos a introdução do recrutamento universal e a reformulação do Estado-Maior. Na área da atuação política dos militares, conseguem, já em 1920, introduzir no RDE a proibição de participação em manifestações políticas coletivas. Positivamente, o R.I.S.G., do mesmo ano, uniformiza em todo o Exército as atividades de treinamento de Oficiais e tropa, num esforço de fazer os oficiais voltarem-se para atividades puramente militares. Em 1922, realizam-se no Rio Grande do Sul as primeiras manobras com grandes unidades, sob a direção dos Oficiais da Missão. Na prática, a grande maioria dos jovens "turcos", de seus simpatizantes e dos alunos da Missão, se manteve à parte das agitações militares dos anos 20. Bertholdo Klinger se sentiu inicialmente atraído pelo movimento de 1924, mas acabou combatendo-o de armas na mão.

A posição desse grupo foi certamente favorecida pela época em que ele surgiu. De um lado, a situação política era de relativa calma, o que se traduzia em reduzida pressão externa no sentido de forçar seu envolvimento político. De outro, a guerra mundial chamava naturalmente a atenção para o problema da defesa nacional e para a conseqüente necessidade de fortalecimento do Exército. Se os propósitos de reformismo social dos Tenentes tinham efeitos negativos para a organização, o mesmo não se dava com o reformismo militar dos "turcos" e seguidores. Os últimos enganavam-se, no entanto, no que se refere à possibilidade de neutralidade política. De fato, sua ação voltada para problemas de defesa nacional e fortalecimento do Exército iria preparar e tornar possível novo tipo de intervenção militar, já sem propósitos de reforma social. O primeiro formulador da nova posição seria um elemento do próprio grupo "turco".

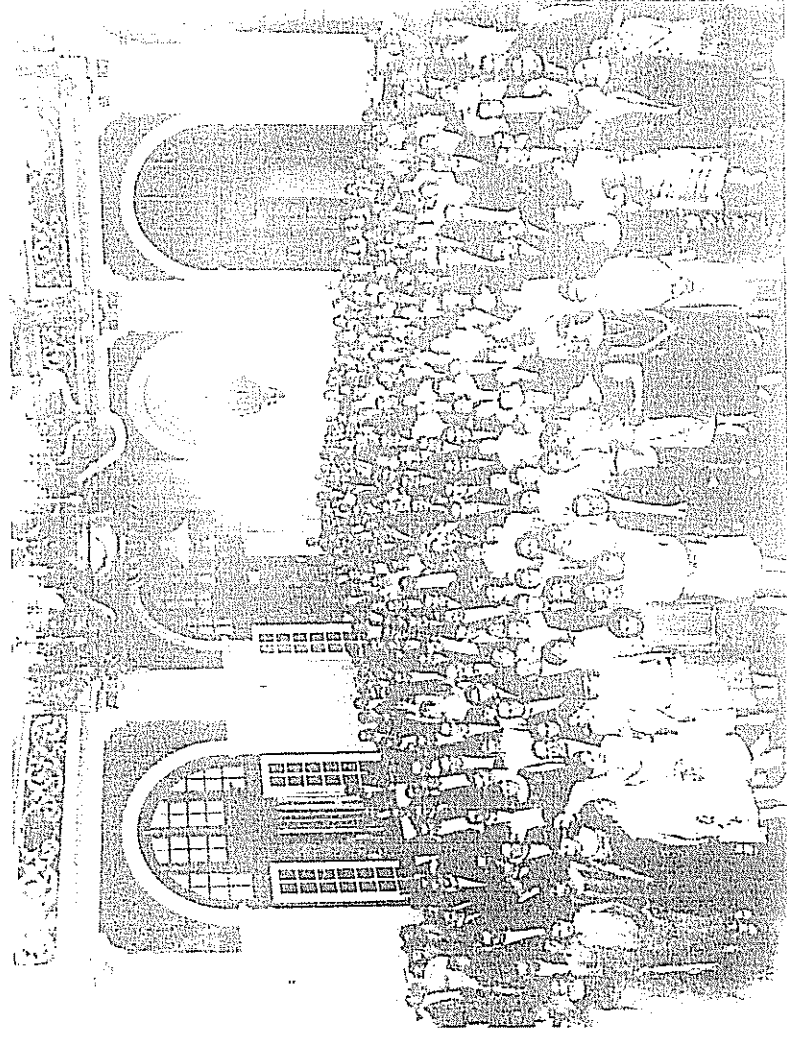
O soldado-corporação ou a intervenção "moderadora" Bertholdo Klinger foi talvez o mais brilhante dos jovens "turcos" e o líder do grupo de *A Defesa Nacional*, tendo sido inclusive preso por artigos escritos na revista. O editorial do primeiro número da revista, que, tendo em vista a posição de liderança de Klinger e as idéias que expressou posteriormente, deve ter sido por ele escrito, traz, no entanto, algumas posições divergentes das de Leitão e dos Tenentes quanto ao papel dos militares na vida nacional. Diz



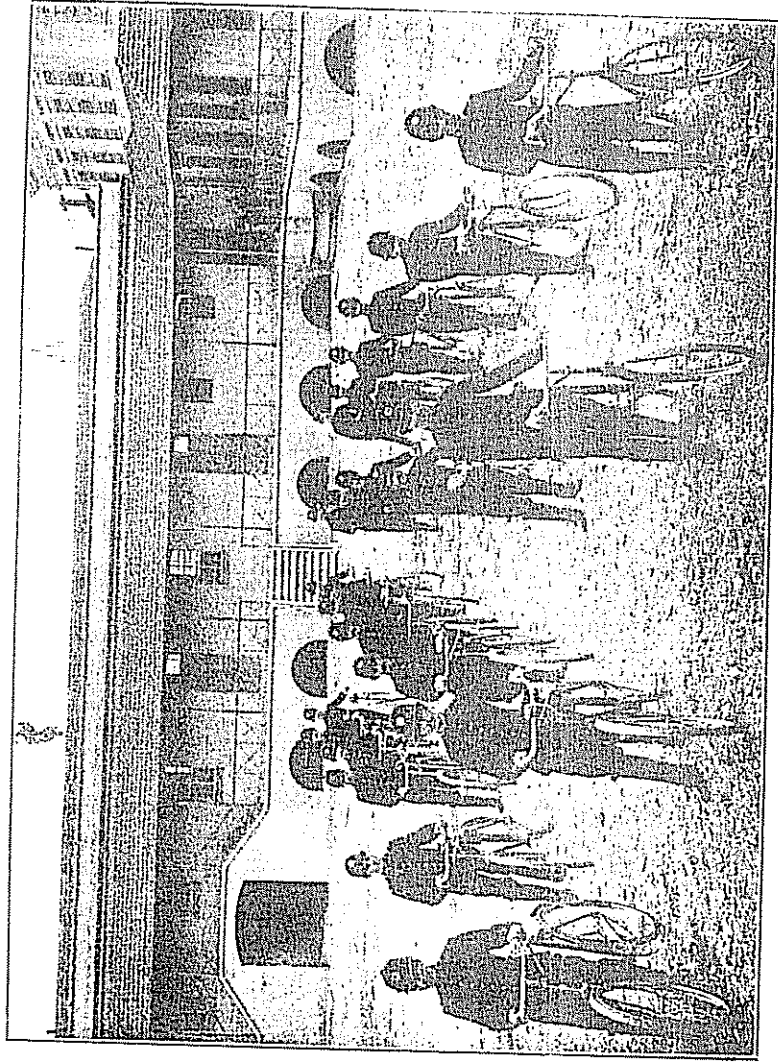
PRANCHA 1 — Forças do Governo em marcha contra os fanáticos do Contestado
(Cortesia da Agência Estado)



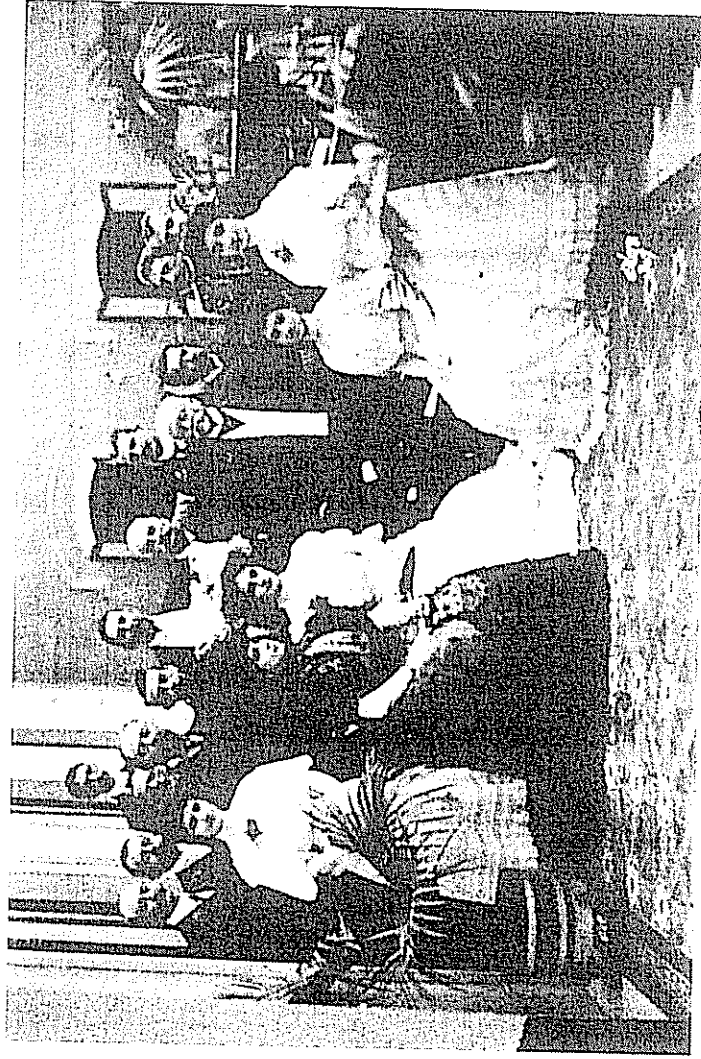
PRANCHA 2 – Família de imigrantes italianos em Caxias do Sul (1910)
(Cortesia da Abril Cultural S.A.)



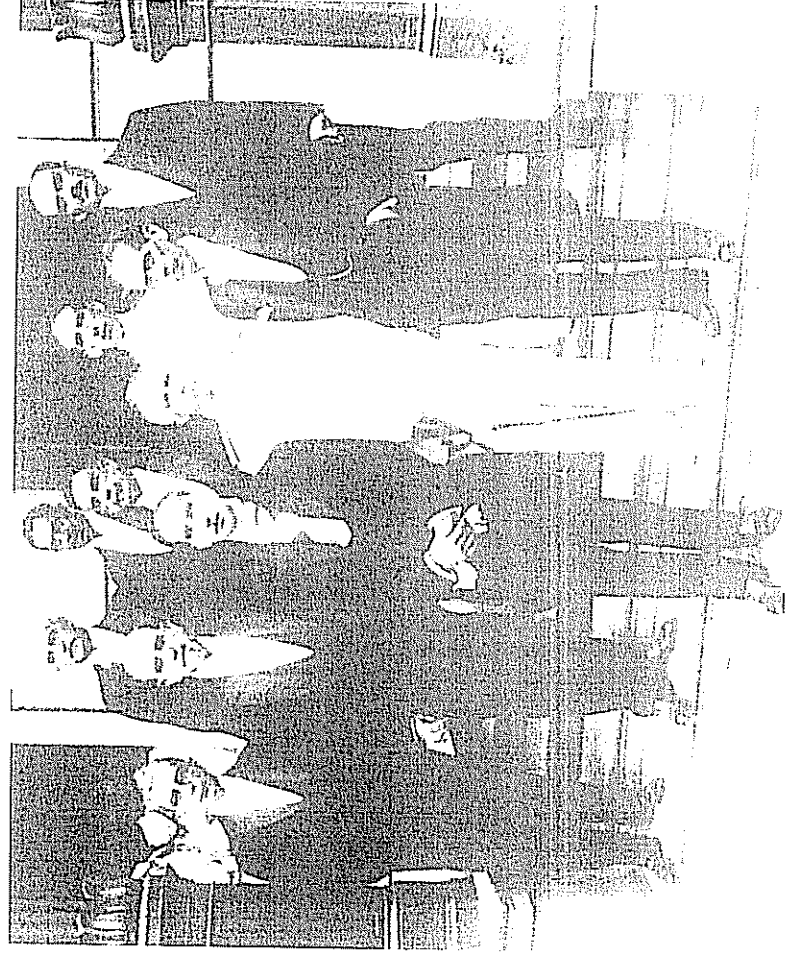
PRANCHA 3 – Festa no Círculo Italiano de São Paulo nos anos 10
(Cortesia da Abril Cultural S.A.)



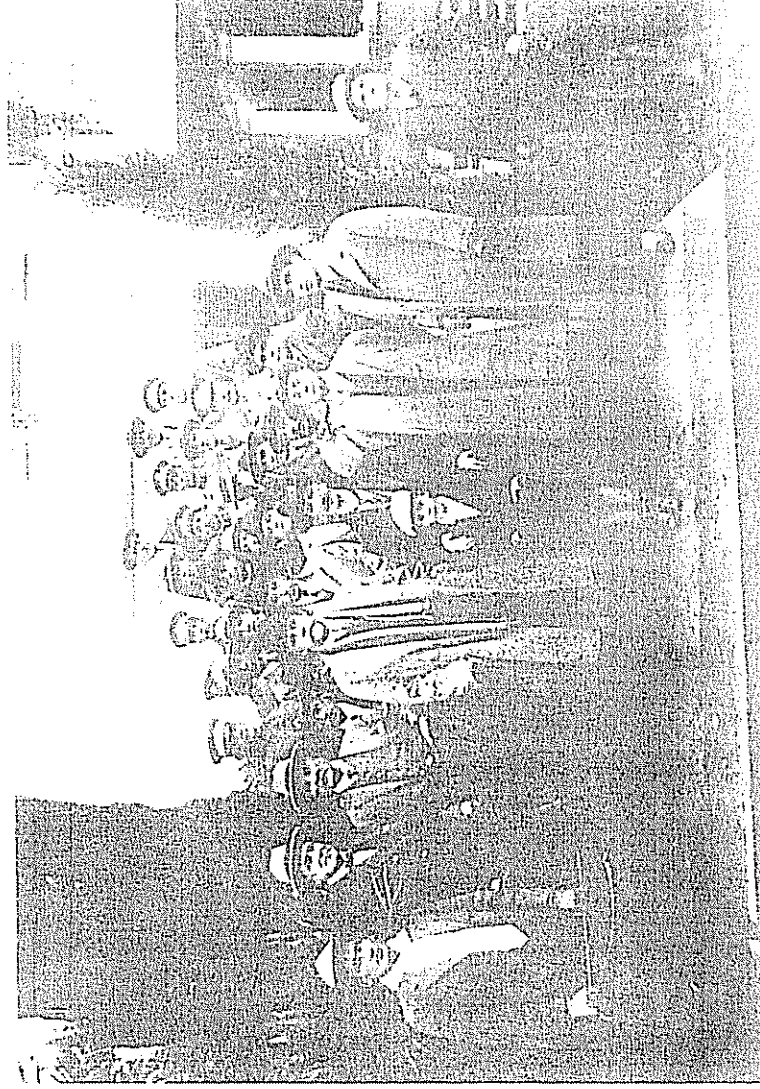
PRANCHA 4 – Elementos da Guarda Cívica de São Paulo nos anos 20



PRANCHA 5 – O Barão do Rio Branco durante um almoço diplomático oferecido pelo Presidente Afonso Pena (Cortesia da Abril Cultural S.A.)



PRANCHA 6 – O Dr. Artur Bernardes ao assumir a Presidência da República
(Cortesia da Abril Cultural S.A.)



PRANCHA 7 – Washington Luiz e Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul (1926)
(Cortesia da Abril Cultural S.A.)



PRANCHETA 8 – Getúlio Vargas chega ao Catete (1930) (Cortesia da Abril Cultural S.A.)

o editorial: “O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.”⁴⁸ Essa posição divergia da ideologia do soldado profissional por admitir aberta intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. Concordava com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas dela discordava quanto ao sentido desta intervenção. Os Tenentes propugnavam uma intervenção reformista, a ser feita independentemente pelo militar, ou mesmo contra a organização. Klinger propunha uma intervenção controladora ou “moderadora”, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior. Em 1930, após a vitória da Revolução, ele volta a pregar em *A Defesa Nacional* o direito dos militares de intervir na política e chega ao extremo de afirmar que “o posto supremo de direção (do país) é problema de estado-maior”.⁴⁹

Essa posição teve desenvolvimento posterior no pensamento de Góis Monteiro, um dos mentores do Exército durante todo o período getulista. Em seu livro *A Finalidade Política do Exército*, escrito após a Revolução, Góis, ex-aluno da Missão e brilhante oficial de estado-maior, vê o Exército como uma organização nacional que deve desenvolver política própria: “Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade.” E com mais clareza ainda: “Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política *no* Exército”.⁵⁰ A ideologia do poder moderador das Forças Armadas tem aí sua primeira formulação mais sistemática. Era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos jovens “turcos” e seus aliados. Em outras palavras, era o intervencionismo de Generais, ou do Estado-Maior, o intervencionismo da organização como um todo e não apenas de setores subalternos. Essa concepção

⁴⁸ *A Defesa Nacional*, I, 1 (outubro, 1913), p. 1.

⁴⁹ Bertholdo Klinger, “Os Militares e a Política”, *A Defesa Nacional*, XVIII, 202, 203, 204 (outubro, novembro, dezembro, 1930), pp. 15-17.

⁵⁰ General Góis Monteiro, *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, Rio de Janeiro: Andersen Editores, sem data, pp. 156, 163.

só se tornou possível pela nacionalização do Exército através do alistamento universal e do crescimento do contingente, e, principalmente, pelo desenvolvimento do Estado-Maior e pela formação de oficiais com esta especialidade como já foi mencionado. Klinger e Góis eram típicos representantes desta nova geração de profissionais. A mudança foi lenta, mas ainda permitiu que os mesmos Tenentes de 1922, interventores reformistas, fossem, como Generais, interventores “moderadores”.

O primeiro ensaio deste tipo de intervenção foi liderado pelo próprio Klinger, ao apagar das luzes da Primeira República. Foi ele o Chefe do Estado-Maior das Forças Pacificadoras que promoveram a derrubada de Washington Luís. Era um movimento de cúpula que, segundo Klinger, devia exercer o papel de árbitro entre o Governo eleito e o Governo vitorioso na luta armada. O segundo ensaio, com maior êxito, foi engendrado por Góis e resultou no golpe de 1937, que estabeleceu o Estado Novo sob o patrocínio das Forças Armadas. E neste momento ao lado de Góis não estariam os Tenentes, seus aliados de véspera, mas os profissionais. Leitão nada tem a dizer quando Góis lhe comunica o golpe e lhe oferece a missão de reorganizar o Exército. O “não-intervencionista” não discute a intervenção e aceita o encargo. E vêm rapidamente dispositivos proibindo a participação de militares na política. A Constituição de 1937 retira o famoso “dentro da Lei” e o substitui por “fiel obediência à autoridade do Presidente da República”, e proíbe até o direito de voto aos militares. O RDE de 1938 afirma: “Sem constituir (os militares) uma casta, no âmbito social, formam uma classe especial de servidores da pátria – a classe dos militares.”⁵¹ Desaparecera o soldado-cidadão para surgirem a corporação e a classe. Desaparecera a idéia de intervenção contestatória e surgira a de intervenção controladora. A Primeira República viu o surgimento e o auge da primeira, mas gerou também as bases da segunda.

5. AS INTERVENÇÕES MILITARES

Tendo visto as características e as transformações organizacionais do Exército e da Marinha durante a Primeira República, resta-nos agora regressar ao quadro inicial das intervenções e examinar rapidamente como as primeiras podem contribuir para explicar as últimas.

⁵¹ Citado por Leitão de Carvalho, *Dever Militar*, p. 261.

A exceção do episódio conhecido como Manifesto dos 12 Generais e do Movimento Pacificador, Exército e Marinha não intervinham conjuntamente. Ou se combatiam, ou promoviam movimentos independentes. Daí tratarmos separadamente das duas corporações.

Começando pelo Exército, já deve ter ficado claro que não se pode falar de intervenções da corporação como um todo. As intervenções tanto variavam em sua natureza como nos grupos militares que as promoviam. Assim é que duas são de oficiais superiores (1892-1930), duas de praças (1892-1915), e as outras tiveram como principais promotores alunos e oficiais subalternos. A vitória ou derrota iria depender de um complexo mecanismo de captação de apoio dentro e fora da organização. A predominância de movimentos de oficiais jovens nos permite dividir as intervenções em dois grandes ciclos que poderíamos chamar de primeiro e de segundo-tenentismos, o primeiro entre 1889 e 1904, e o segundo de 1922 a 1930. Entre os dois houve apenas o fenômeno ambíguo do hermismo e a abortada revolta de sargentos em 1915.

O primeiro-tenentismo A natureza tenentista do 15 de novembro não é difícil de demonstrar. Na manifestação a Benjamin Constant, a 26 de outubro, achavam-se presentes os 60 alunos da Escola Superior de Guerra e oficiais dos três regimentos que se revoltariam a 15 de novembro — o 1º e 9º de Cavalaria e o 2º de Artilharia. Estes Oficiais eram 9 Capitães e 28 Tenentes e Alferes. O pacto de sangue feito por Oficiais do 9º, a 11 de novembro, incluía 5 Capitães, 5 Tenentes e 22 Alferes; o mesmo pacto, feito pelo 2º de Artilharia, incluía 4 Capitães, 15 Tenentes e 1 Alferes. O Clube Militar, importante foco de agitação, tinha “insignificante número de Oficiais superiores.”⁵² O levante dos três regimentos, que formaram a 2º Brigada a 15 de novembro, foi todo feito por estes Oficiais subalternos. Ao se encaminharem para a Praça da Aclamação, o único Oficial superior arregimentado que os acompanhava era o Major Sólton, que assumira o comando do 1º de Cavalaria. O outro oficial superior era Benjamin Constant, professor, e chamado somente após estarem as tropas já de prontidão. Tanto Benjamin como Deodoro ignoravam a ordem de prontidão. Nem mesmo as praças tiveram participação ativa. Só no 9º houve algum contato com sargentos, mas o Cadete-Sargento que

⁵² Ver Ernesto Senna, *Deodoro, Subsídios para a História. Notas de um Repórter*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 41. Esta obra contém excelente documentário sobre os acontecimentos em torno da Proclamação da República. Devemos-lhe boa parte das informações aqui usadas.

promoveu estes contatos confessava mais tarde: "Elas (as praças) ali se achavam (na Praça da Aclamação), com honrosas exceções, na convicção ainda de que teriam de bater-se contra as Guarda Nacional e Negra, e Polícia, conforme lhes havíamos afirmado na noite anterior, tudo de acordo com a ardilosa "balela" de que usou o Major Sólón."⁵³

Essas tropas não passavam de 500 homens e não tinham condição alguma de vencer as tropas legalistas postadas dentro e fora do Quartel-General. Só o Brigadeiro Almeida Barreto comandava 1.096 homens, suficientes para derrotar os insurretos. Estes, para vencerem, contavam com a adesão do resto da guarnição, a ser conseguida por intermédio de Deodoro. De fato, a um simples comando deste, Almeida Barreto passa para o lado rebelde, o mesmo fazendo o Coronel Ourique Jaques com todo um regimento.

A adesão de Deodoro e, com ele, a da oficialidade superior foi o resultado de um longo processo, que só se tornou possível pelos efeitos da Questão Militar que exacerbava o espírito de corpo da organização como um todo e, particularmente, dos tarimbeiros. A grande maioria destes, inclusive os líderes, não era republicana. Deodoro evitou até o último instante em proclamar a República, Pelotas foi surpreendido pelo movimento. Como o próprio Deodoro disse a Ouro Preto, ao depor o Gabinete, tratava-se apenas de "vingar as afrontas por ele (Exército) recebidas do Governo".⁵⁴ Toda a ideologia e toda a agitação vieram dos jovens positivistas de Benjamin Constant. Sua educação, seu número, sua posição na hierarquia, como vimos, lhes dava condição de exercer esse papel. Mas, a 15 de novembro, foi a farda que lhes deu a vitória. A grande maioria dos militares reunidos de ambos os lados na Praça da Aclamação não sabia que se tratava de proclamar a República. Uniu-os o espírito de corpo.⁵⁵

O apoio externo no caso foi mais de omissão do que de ação. Certamente, alguns republicanos, Quintino Bocaiuva e Júlio de Castilhos à frente, vinham de há muito provocando atritos entre os militares e o Governo. Mas, mesmo Quintino, cuja tática expressa era derrubar a

⁵³ Depoimento de Raimundo de Abreu Filho em Ernesto Senna, *op. cit.*, p. 227.

⁵⁴ *Ibid.*; p. 88. A situação chegava a ser embaraçosa para Benjamin Constant, que se achava presente, e que tentava remediar um pouco as coisas, acrescentando, sempre que Deodoro se referia ao Exército, "e também a Armada". *Ibid.*, p. 89.

⁵⁵ Representativa dessa situação de incerteza geral é a história do Oficial da Marinha que se achava ao lado do Quartel-General com as tropas do Governo e que perguntou ao Contra-Almirante Vandenkolk: "Chefe, de que lado está o inimigo?" O episódio é relatado em José Maria dos Santos, *op. cit.*, p. 83.

Monarquia através de um golpe militar, ainda a 11 de novembro não conseguia ser recebido por Deodoro, que não queria ver líderes civis por se tratar de "pessoas que não vestiam farda". E o núcleo republicano civil mais poderoso e organizado, o paulista, tinha poucos contatos com os militares e muitas dúvidas sobre a conveniência de envolvê-los na campanha.⁵⁶ Mas, diferentemente de 1831, a Monarquia não tinha em 1889 quem se dispusesse a defendê-la. A tentativa de Ouro Preto de mobilizar a Guarda Nacional veio tarde e não despertou entusiasmo. Apenas acirrou mais os ânimos dos militares. A única resistência armada efetiva teria que vir do próprio Exército ou da Marinha. Mas, no primeiro caso, o fator de espírito de corpo funcionou. As guarnições do Rio Grande do Sul e Mato Grosso tinham sido recentemente comandadas por Deodoro. A do Rio Grande era também constantemente trabalhada por Júlio de Castilhos. Ambas aderiram. Diferentemente do que aconteceu com o segundo-tenentismo, no primeiro as lutas viriam após a vitória.

Essas lutas constituem uma intrincada combinação de motivações e atores, em que se sobressaía a disputa pelo poder presidencial entre Oficiais superiores do Exército e da Marinha e o choque entre os jovens Oficiais positivistas, aglutinados em torno de Floriano, contra o grupo mais velho de Deodoro e contra os Governos civis. Eventualmente, elementos monárquicos e populares se envolviam, acrescentando à complexidade da situação. Até mesmo as rebeliões de praças de 1891 e 1892 tiveram fortes traços antiflorianistas e foram instigadas por políticos e Oficiais. O acidente das mortes de Deodoro e Floriano logo após o término dos respectivos Governos foi certamente um grande auxílio no sentido de reduzir o número e a seriedade destas rebeliões. Com o desaparecimento de Floriano, por exemplo, as rebeliões da Escola Militar foram-se tornando cada vez mais isoladas dentro do Exército. É verdade que o último e mais sério destes movimentos, o de 1904, envolveu elementos díspares, como alunos e alguns Oficiais positivistas, populares, anarquistas, monarquistas etc. Militarmente, no entanto, foi um total fiasco, que teve por desfecho a tragicômica fuga de rebeldes e legalistas após curto tiroteio noturno numa rua do Rio de Janeiro. A aliança com grupos civis era puramente tática, de vez que os vários grupos pouco ou nada tinham em comum.

⁵⁶ Ver, a respeito, José Maria dos Santos, *op. cit.* O autor mostra as hesitações e divergências no PRP sobre o problema da aliança com os militares. O acordo de Benjamin Constant com os republicanos civis só se deu a 7 de novembro. Ver Ernesto Senna, *op. cit.*, pp. 99-100.

A primeira fase de intervenções, encerrada com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, reflete, de um lado, a posição típica dos jovens militares e, de outro, a incapacidade da organização militar de agir unificadamente. Com esta incapacidade jogariam os elementos civis na tentativa de reconquistar o controle do Governo.⁵⁷

O hermismo Entre o primeiro e o segundo-tenentismos houve um interregno de 17 anos, durante o qual importantes transformações se deram tanto na organização militar como na sociedade. O único acontecimento de maior importância nas relações civis-militares foi o chamado hermismo. Seria um equívoco considerar o Governo Hermes como uma intervenção militar na política nacional. Mas, pelo envolvimento de militares, principalmente nas salvagens estaduais, e pelo fato de um militar ter sido, pela primeira vez, levado, em eleições nacionais, à Presidência, o fenômeno merece ser discutido.

O hermismo coloca-se num contexto já muito distinto de 15 de novembro e das lutas do primeiro quinquênio da República. A candidatura Hermes se enquadra dentro do jogo da política dos Estados, e só pelo desacordo entre Minas e São Paulo e pela divisão interna de Minas teve condições de surgir e vencer. O novo na questão é que as lideranças civis, principalmente a mineira, já se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para o impasse sucessório. A solução foi facilitada pela entrada em cena do Rio Grande do Sul, em aliança com o Exército, ambos membros mal aceitos no clube dos donos da República.⁵⁸ Hermes aceitou a candidatura por insistência de seu amigo Pinheiro Machado e se reconhecia um instrumento político de Pinheiro. Além disso, sempre tivera uma atitude contrária à intervenção militar na política. Fizera-se notar pela primeira vez ao abortar uma rebelião da Escola Preparatória do Realengo, que planejava aderir à da Praia Vermelha em 1904. Isso dava às elites civis uma garantia de que não se repetiria o fenômeno de 15 de novembro. Embora politicamente incompetente como o tio, Hermes não

⁵⁷ A luta dos republicanos civis, principalmente paulistas, pela reconquista do poder, é descrita em June E. Hahner, *Civilian-Military Relations in Brazil, 1889-1898*. Columbia: University of South Carolina Press, 1969.

⁵⁸ Sobre esta aliança informal, ver Joseph L. Love, *op. cit.*, pp. 117-118. Além do grande número de militares provenientes do Rio Grande do Sul, as lutas da primeira década da República colocaram lado a lado no campo de batalha vários Oficiais e líderes republicanos. Gaúchos e amigos de Hermes e Pinheiro, eram também os Generais Dantas Barreto e Mena Barreto, ambos Ministros da Guerra do primeiro. Também gaúcho era Setembrino de Carvalho, chefe de gabinete de Mena Barreto em 1911.

tinha o descontrole emocional e a rigidez deste, deixando-se levar pela liderança de Pinheiro.

A conotação militarista surgiu muito mais pela campanha de Rui do que pela presença de Hermes. Rui comete, então, um engano mais sério em relação ao Exército de que o primeiro quando incentivou a Questão Militar. Em primeiro lugar, a candidatura Hermes estava dentro do jogo político dos Estados. Mais próximo da verdade, descontada a linguagem, estava o *Correio da Manhã*, ao dizer: "O hermismo é o interesse congregado do marechal, cuja espada as oligarquias bandalhas empunham para se defenderem contra o ataque da indignação nacional."⁵⁹ Em segundo lugar, as posições de Hermes, pessoalmente, e dos militares em geral estavam muito mais próximas das do próprio Rui do que das de Pinheiro Machado. Hermes, apesar dos ataques violentos de Rui durante a campanha, o convida para o Ministério. No fundo, tanto Rui como os militares eram contra as práticas da política dos Estados e combatiam as oligarquias regionais. Hermes ia inclusive mais longe nesta oposição. Foi o primeiro candidato, por exemplo, a mencionar os operários em sua plataforma, e patrocinou o 4º Congresso Operário Brasileiro de 1912 quando Presidente.

Essas ambigüidades da candidatura Hermes manifestaram-se claramente nos conflitos surgidos durante seu Governo entre militares e lideranças políticas estaduais apoiadas por Pinheiro Machado. A animosidade dos militares atingia o próprio Hermes quando este optava por apoiar seu mentor político. As salvagens foram fenômenos típicos em que alguns militares, geralmente coronéis, tentavam desalojar oligarquias estaduais, contando com o apoio (real ou presumido) da organização. Em alguns casos, como em Alagoas, Rio Grande do Norte e, parcialmente, na Bahia, os militares eram simplesmente parentes de Hermes. Mas, a par deste elemento de ambição pessoal, havia certamente nas salvagens, em alguns casos mais que em outros, o aspecto de conflito entre militares e oligarquias estaduais. Em Pernambuco, por exemplo, houve mesmo manifestações populares a favor do General Barreto contra Rosa e Silva. O mesmo se deu no Ceará. Este último caso, o mais rumoroso de todos, mostrou bem o alinhamento de forças. De um lado, a oposição local dos Acioli, apoiada pelos Coronéis do Cariri e por Pinheiro Machado no Governo Federal, e, de outro lado, o Coronel Franco Rabelo, ex-Chefe do Estado-

⁵⁹ Citado em Hermes da Fonseca Filho, *Marechal Hermes. Dados para uma Biografia*, Rio de Janeiro, sem editora, 1961, p. 120.

Maior da Região Militar, com apoio de populares e das forças militares locais e do Rio de Janeiro. O Clube Militar chega a reunir-se no Rio em protesto pela nomeação de um interventor no Ceará, o que provoca seu fechamento por Hermes e a decretação do estado de sítio.⁶⁰ Nos Estados mais poderosos e mais unidos internamente, as salvaçãoes não tinham condições de ser efetivadas. Assim é que falham em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Na Bahia foi parcial, no sentido de que o "salvador" foi um político local de prestígio nacional que apenas utilizou um militar, filho de Hermes, como aliado.

O hermismo, com essas ambigüidades, indicava que as elites políticas que controlavam o sistema republicano já tinham perdido parte da desconfiança em relação ao Exército e já o aceitavam como parceiro político, embora apenas como solução precária de um impasse. Esta aceitação parcial se tornara possível pela maior estabilidade do sistema e pela extinção do jacobinismo militar com o fechamento da Escola da Praia Vermelha. Hermes representava no momento o militar profissional, empenhado na modernização da organização e em seu afastamento das atividades políticas. Mas o fenômeno indicava também, através da campanha civilista e das salvaçãoes, provocadas ambas pela candidatura e pelo Governo Hermes, que a aproximação entre militares e políticos republicanos era ainda prematura. A campanha civilista exacerbou as apenas adormecidas prevenções de civis contra militares, particularmente contra o militarismo dos primeiros anos da República. As salvaçãoes mostraram a persistente falta de unidade hierárquica do Exército evidenciada na atuação autônoma de indivíduos e grupos, bem como a também persistente tendência antipolíticos e antioligarquias dentro da organização.

Além do hermismo, o único acontecimento que merece citação antes de 1921 é a rebelião dos sargentos de 1915. Mas merece apenas por ser a primeira que apresenta reivindicações próprias de grupo, o que não se deu em 1892. A presença de políticos como Maurício de Lacerda, instigando e utilizando o movimento para fins alheios aos interesses dos próprios sargentos, bem como o completo fracasso da tentativa que não chegou sequer a irromper, reduzem seu possível impacto político.

⁶⁰ Sobre estes episódios, ver os depoimentos de Serembrino de Carvalho, em suas memórias já citadas, dando a perspectiva do Governo e do General Dantas Barreto, já então violentamente contra Pinheiro Machado, em seu livro *Conspirações* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917).

O segundo-tenentismo

A relativa tranqüilidade da política republicana e o esforço profissionalizante do Exército foram interrompidos por nova Questão Militar em 1921. Em vários aspectos a situação se assemelha à dos últimos anos da Monarquia. Por motivos igualmente secundários, a corporação de novo se sente ferida em seus brios e exige reparação do poder civil. O sentimento de agravo é acrescido pela presença no Ministério da Guerra do único civil que ocupou a pasta após a queda do Império. Embora toda a corporação se sentisse atingida, os Oficiais mais velhos se mostram também agora dispostos à conciliação e à aceitação das explicações de Artur Bernardes. Mas um grupo de jovens Oficiais decide levar o fato às últimas conseqüências e faz de Hermes o novo Deodoro. Hermes fora um tenente em 1889, mas toda sua vida militar se pautara por estrito profissionalismo. Somente o ataque pessoal das Cartas Falsas e a força da idéia militar de pundonor podem explicar que se tenha deixado levar ao ato de desespero de liderar o movimento de 1922.⁶¹

Como em 1889, também em 1922 rebelou-se apenas parcela do Exército: no Rio, a Escola Militar do Realengo e o Forte de Copacabana em Mato Grosso a guarnição local. Tanto o forte como a guarnição de Mato Grosso eram comandados por parentes de Hermes. A predominância de Oficiais jovens em 1922 e nos movimentos subseqüentes transparece no próprio nome por que ficaram conhecidos. Apenas como ilustração damos a seguir os postos dos oficiais condenados por participarem do movimento de 1922:

aspirantes	2
2 ^{os} tenentes	9
1 ^{os} tenentes	9
capitães	7
majores	1
tenentes-coronéis	1
coronéis	3
generais	1

33

O General era Clodoaldo da Fonseca, levado à rebelião em parte por solidariedade familiar. Com ele estavam dois Coronéis e um Tenente-

⁶¹ A atitude quase fatalista de Hermes ficará na descrição do episódio por Hermes da Fonseca Filho, na obra já citada.

Coronel. Restavam apenas um Coronel e um Major como Oficiais superiores. João Alberto testemunha a respeito da reação às Cartas Falsas no 1º de Artilharia Montada: "A oficialidade do regimento dividira-se. Contra o Dr. Artur Bernardes declarava-se a quase totalidade dos Tenentes e Capitães. Tentavam os Oficiais mais maduros dissuadi-los de uma atitude mais violenta, citando exemplos passados e aconselhando-lhes prudência."⁶² Quase toda a liderança do tenentismo até 1930 saiu de elementos envolvidos no movimento de 1922. Basta citar Joaquim e Juarez Távora, Siqueira Campos, Carlos Prestes, Eduardo Gomes, João Alberto, Nunes de Carvalho, Miguel Costa. A situação em 1929 permanecia semelhante à de 1922. De acordo com depoimento de Góis Monteiro, que em 1929, como Oficial do Estado-Maior, procedera a uma sindicância, "a fração de Major para cima, em sua maioria, estaria ao lado do Governo em caso de revolução; mas, de Capitão para baixo, também em sua maioria, as simpatias se voltavam para os revolucionários"⁶³

A tática dos Tenentes consistia em aliciar Oficiais jovens, muitas vezes antigos colegas do Realengo, e conseguir através deles, eventualmente com o auxílio de sargentos, rebelar unidades isoladas. Depois era agir rapidamente e esperar o efeito bola-de-neve das adesões.⁶⁴ Para a obtenção deste efeito era fundamental a presença de um Oficial superior de prestígio à frente do movimento. Se em 1889 foi Deodoro, em 1922 foi Hermes, em 1924, Isidoro, Góis Monteiro em 1930. A posição política deste Chefe era irrelevante. Isidoro foi escolhido através de consulta ao Almanaque do *Exército* e, em 1930, a chefia chegou a ser oferecida a Leitão de Carvalho, talvez o mais firme adversário das posições tenentistas. O que importava era o prestígio profissional, capaz de provocar o movimento de adesões.

Mas essas adesões não se deram em 1922 e foram apenas parciais em 1924 e 1930. As causas estão nas diferenças entre estas situações e a de 1889. O Exército já era uma estrutura muito mais complexa em 1922. O trabalho dos "turcos" e da Missão, o alistamento universal, o próprio crescimento numérico da organização tornavam muito mais difícil o trabalho dos novos Tenentes. Tanto a força negativa da inércia, como a posi-

⁶² Ver João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um Revolucionário*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 19.

⁶³ Ver Lourival Coutinho, *O General Góis Depõe*, Rio de Janeiro: Livraria Coelho Branco, 1956, p. 52.

⁶⁴ Ver descrição algo pormenorizada do processo, principalmente para 1930, em Juarez Távora, *Uma Vida e Muitas Lutas*.

tiva do movimento profissionalizante se constituíam em obstáculos muito mais poderosos do que os enfrentados em 1889. Em nenhum momento, nem mesmo em 1930, os rebeldes conseguiram o apoio da maioria da organização. Em 1922, as adesões foram mínimas e o episódio é mais importante pelo mito que em torno dele se criou do que por seu peso real. Em 1924 apenas parcelas minoritárias das guarnições de São Paulo e Rio Grande do Sul foram envolvidas. Em 1930, nem mesmo no Rio Grande do Sul houve adesões de regimentos inteiros. Grande número de Oficiais, mais de 300 segundo Leitão de Carvalho, incluindo muitos Tenentes, foram feitos ou se declararam prisioneiros por não concordarem com o movimento.⁶⁵ As unidades revolucionárias que subiram do Rio Grande do Sul eram recomposições de regimentos acrescidos de grande número de provisórios.

A par das diferenças na organização militar, a situação política era também distinta. Apesar dos sinais de descontentamento que já surgiam, a República em 1922 não era um sistema indefeso como o Império em 1889. Disponha de forças de defesa tanto simbólicas como físicas, salientando-se entre as últimas as poderosas polícias militares. Para vencerem em 1930, os Tenentes tiveram que aliar-se a forças e pessoas que tinham combatido de armas na mão. Após se envolverem na luta em 1922 por puro *esprit de corps*, eles aos poucos desenvolveram reivindicações que atendiam a interesses de forças novas surgidas na sociedade, mas mesmo a adesão dessas forças não bastava para derrubar a política republicana. A política dos Estados cairia por uma rebelião de estados, bem aproveitada pelos Tenentes e seus simpatizantes dentro do Exército. A aliança entre o Rio Grande do Sul e parte do Exército, esboçada em 1910, repetia-se agora no campo de batalha e provava-se fatal para o sistema de poder da Primeira República.

O Movimento Pacificador Apesar de geralmente não merecer a atenção dos analistas, o chamado Movimento Pacificador, que em 1930 depôs Washington Luís, tem grande importância dentro das intervenções políticas do Exército, como já foi sugerido na discussão das ideologias de intervenção. Foi a primeira tomada do poder pelos militares planejada e executada pelos altos escalões das duas Armas. O Coronel Bertholdo Klinger, nomeado Chefe do Estado-Maior das Forças Pacificadoras, planejou o movimento como uma operação militar normal e deu-lhe o caráter de uma intervenção arbitral destinada a promover novas elei-

⁶⁵ Leitão de Carvalho, *Dever Militar*, pp. 193-4.

ções e resolver assim o impasse entre legalistas e revolucionários. Segundo ele "a trama devia ser feita, não por baixo, isto é, direta e inicialmente no seio dos corpos de tropa, mas por cima, isto é, entre os Chefes".⁶⁶ E na intimação ao Presidente, por ele redigida, afirma-se que o uso das Forças Armadas para solucionar conflitos políticos, prática constante dos Governos da República, só tinha produzido lutas e ruínas. Chegara o momento de "entregar os destinos do Brasil aos Generais de terra e mar".⁶⁷

A posição da guarnição do Rio era então crucial. A vitória militar da revolução era ainda duvidosa, embora os revoltosos já controlassem a maioria dos Estados. As guarnições do Rio de Janeiro, Estado do Rio e São Paulo, que em 1920 formavam 40% dos efetivos do Exército, com 26% correspondentes à primeira, não tinham aderido ao movimento. Também não o fizera a Marinha. A solução do impasse militar estava assim nas mãos da guarnição do Rio. As alternativas eram a resistência armada, a adesão aos revoltosos ou a tentativa de mediação. A primeira não parece ter estado nos planos de ninguém. A segunda era a preferida de vários elementos envolvidos no Movimento Pacificador. A terceira era a planejada por Klinger. Os membros da Junta, composta do General Tasso Fragoso, Presidente, do General Mena Barreto e do Contra-Almirante Isaías de Noronha, resolveram, sob a influência do primeiro, adotar posição diversa da de Klinger e passar o Governo ao Chefe das forças revoltosas.

Embora a idéia de Klinger de um exército agindo como força independente, pairando sobre os grupos políticos, tivesse fracassado, o movimento trouxe sem dúvida algo de novo. O próprio General Tasso Fragoso, ao decidir-se a participar da Junta, se perguntava: "Se a ação pacificadora fosse conduzida por nós, Generais, não seria mais fácil conservar a disciplina da tropa, manter a ordem social, coibir os abusos e evitar as vinditas pessoais?" E achava justificável a derrubada do Governo porque a Força Armada não é servidora deste, mas da nação.⁶⁸ O Movimento Pacificador foi o primeiro ensaio de um exército mais poderoso e organizado no sentido de atuar com maior independência no cenário político. A solidez hierárquica seria a condição para esta nova orientação, e sua consequência seria o conservadorismo social das intervenções.

⁶⁶ Gen. Bertholdo Klinger, *Narrativas Autobiográficas*, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950, vol. V, p. 151.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 171.

⁶⁸ Ver Gen. Tasso Fragoso, "A Revolução de 1930", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 211 (abril-junho, 1951), p. 36.

As intervenções da Marinha Como já foi dito, a Marinha possuía uma estrutura política interna dualista, Oficiais de um lado, praças do outro. Além disso, estava em constante atrito com o Exército por motivos de rivalidades profissionais e de competição por maior participação nos benefícios do poder. Em torno destes dois fatos giraram suas principais revoltas.

O recrutamento mais aristocrático de seus Oficiais, seu maior isolamento e seu treinamento mais profissional tendiam a fazer da Marinha uma organização menos sensível a pressões políticas e menos antagônica às elites políticas civis. Suas intervenções se resumem praticamente na disputa com o Exército pelo domínio político nos primeiros anos da República (1891, 1892, 1893) e na Revolta dos Marinheiros em 1910. A revolta do 1º de março em 1891 e as de Hercolino e Protógenes em 1924 foram de pouca significância.

Não tendo participado nem recebido bem a Proclamação da República, a Marinha foi menos aquinhoadada que o Exército após a vitória, o que provocou descontentamento entre seus Chefes. Já em 1891, Custódio prepara o apoio da Armada a Prudente, caso este fosse eleito, ao passo que o Exército ameaçara dissolver o Congresso na mesma eventualidade. O mesmo Custódio se queixou de Floriano por favorecer o Exército em detrimento da Marinha.⁶⁹ Um simples olhar para as diferenças nos aumentos de salários demonstra o tratamento desigual recebido pelas duas Armas.

A média de aumento dos salários dos oficiais do Exército acima arrolados foi de 124,9% e a de praças 35,8%, ao passo que, na Marinha, os aumentos respectivos foram de 53% e 50%. Como veremos adiante, as dotações orçamentárias das duas organizações também sofreram, com a República, alterações substanciais em favor do Exército. Havia, além disso, as discriminações mencionadas por Custódio, referentes a nomeações para cargos públicos, ajudas de custos etc.

Mas a Marinha pagou caro seus protestos. A revolta de 1893 resultou em derrota total. Sua liderança foi dizimada, seu poderio reduzido pela perda de navios e pela redução dos efetivos. Somente no Governo Rodrigues Alves se começou a pensar em sua reorganização, certamente com a finalidade implícita de novamente usá-la como contrapeso ao Exér-

⁶⁹ Custódio José de Mello, *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, tomo II, pp. 206-7. Custódio já discordara antes do aumento de soldo dos militares decretado logo após a Proclamação da República. Segundo ele, a medida daria a impressão de que o movimento fora feito em benefício "da classe". *Op. cit.*, p. 24.

QUADRO 14

AUMENTOS DE SALÁRIOS DOS MILITARES
ENTRE 1889 E 1895 (EM MIL-RÉIS)

Posto	EXÉRCITO			MARINHA	
	1889	1895		1889	1895
Ten.-General	7:131\$	15:739\$	Almirante	6:000\$	9:000\$
Coronel	3:297\$	7:987\$	Cap.-M.-e-Guerra	2:480\$	3:720\$
1º-Tenente	1:325\$	2:710\$	1º-Tenente	1:240\$	2:160\$
1º-Sargento	292\$	365\$	1º-Sargento	240\$	360\$
Soldado	43\$800	91\$250	Grumete	60\$	90\$

FONTE: *Balancos das Receita e Despesa* para os respectivos anos.

cito. O Ministro Alexandrino de Alencar (1906-1910) inaugurou a política de “rumo ao mar” e, em 1906, foram encomendadas 28 novas unidades, incluindo o enorme couraçado “Minas Gerais”. Em 1910, chegaram várias dessas unidades. Infelizmente o que seria a renovação total da Marinha resultou em novo golpe que a feriu profundamente: a rebelião de 1912.

A rebelião dos marinheiros foi causada por problemas internos à organização. As possíveis ligações com elementos civis, através do Oficial e Deputado José Carlos de Carvalho, foram secundárias. O problema central estava no relacionamento entre Oficiais e praças. Já na rebelião do 1º de março aflorara o problema, mas agora explodiria em grandes proporções. A chibata era quase uma consequência necessária da diferença existente entre o recrutamento de praças e Oficiais. O Comandante do “Minas Gerais”, morto durante a revolta, era contra a chibata e a abolira ao assumir o Comando da belonave na Inglaterra. Mas o aumento de crimes entre a guarnição fê-lo restabelecê-la.⁷⁰ As novas circunstâncias que permitiram a explosão do movimento foram várias. De um lado, as guarnições tinham agora em mãos as poderosas unidades. A falta de adapta-

⁷⁰ Um Oficial da Marinha, *op. cit.*, pp. 88-89. Para um ponto de vista mais próximo dos marinheiros, ver Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*, Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 2ª ed., 1963. Ver também sobre o assunto o depoimento do mediador entre os revoltosos e o Governo, o Deputado e Oficial da Marinha, José Carlos de Carvalho, em *O Livro de Minha Vida: na Guerra, na Paz e nas Revoluções, 1847-1910*, Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1912.

ção da Marinha à era industrial deixava o controle das máquinas, fundamental nas modernas belonaves, nas mãos dos marinheiros maquinistas. Esse controle era ainda maior pelo desfalque existente no quadro dos 2ºs Tenentes, como já vimos. De outro lado, o contato da guarnição com focos de agitação operária durante sua permanência no exterior lhe forneceu elementos ideológicos e táticos para planejar e executar a rebelião.

Mas o radicalismo e a consistência do movimento não eram grandes. Na revolta subsequente do Batalhão Naval, João Cândido não só se negou a aderir como combateu, ao lado do Governo. E é sintomático que o melhor argumento que os fuzileiros acharam para tentar convencer João Cândido a aderir foi o de que tropas do Exército pretendiam atacar e ocupar os navios. De qualquer modo, a Marinha sofreu novo baque e teve seus efetivos reduzidos. A anistia dada aos revoltosos humilhou profundamente os Oficiais que se retraíram novamente amargurados com a atuação do Governo.

Até o fim da República, a Marinha praticamente desapareceu da política. As rebeliões de Protógenes e Cascardo foram fracas repercussões do tenentismo e tiveram escassas consequências. Mas os Governos civis tratavam a organização com certa atenção seguindo a velha tática de usá-la em contraposição ao Exército. Calógeras se refere em 1918 à “teoria da Marinha bate-pau policial, a querer impor a paz a um Exército de turbulentos, a quem se acusava caluniosamente de conspirador”.⁷¹ Mas já no Movimento Pacificador os Almirantes aparecem ao lado dos Generais. Não podendo disputar o poder ao Exército, a Marinha se aliava a ele. Esta aliança seria facilitada daí em diante pela transformação na natureza das intervenções do Exército, tornando-as mais aceitáveis para a Marinha.

6. O PODER POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS

Além das intervenções, há outros indicadores que podem ser usados para determinar o grau de envolvimento político dos militares e sua participação nos benefícios do poder. Apresentamos a seguir alguns destes indicadores com as cautelas que a interpretação de cada um exige.

O mais óbvio destes indicadores é a ocupação de cargos políticos e administrativos por militares. A ocupação de pastas ministeriais por militares é indicada a seguir.

⁷¹ Pandiá Calógeras, *Problemas de Administração*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958, p. 58.

QUADRO 15

PORCENTAGEM DE MINISTROS MILITARES, 1871-1930
(MINISTROS EFETIVOS)

1871-1889	1889-1894	1894-1910	1910-1918	1918-1930
6,06	35,00	40,00	41,66	21,21
(N = 66)	(N = 40)	(N = 50)	(N = 24)	(N = 33)

FONTE: Barão de Javari, *Organizações e Programas Ministeriais*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, Dunshee de Abranches, *op. cit.*, Representa o primeiro total de Ministros em cada período.

Vê-se que houve grande salto entre o Império e a República. Mas quase toda a diferença é devida ao fato de que as pastas militares passaram a ser ocupadas por militares na República, o que nem sempre acontecia no Império. Duas pastas em 6 ou 7 já constituíam mais ou menos 30% do total. A única exceção foi o Governo Epitácio, que colocou civis tanto na pasta do Exército como da Marinha, reduzindo a porcentagem para o último período. Raramente, mesmo na República, militares ocupavam pastas civis. A mudança, no entanto, já era significativa.

A participação de militares no Congresso Federal é fornecida no quadro a seguir.

QUADRO 16

MILITARES CONGRESSISTAS, 1886-1934 (%)

1886	Deputados		1889	Senadores	
	1890	1917		1890	1917
1,60	19,03	5,18	3,17	17,58	12,59
(N = 125)	(N = 205)	(N = 212)	(N = 63)	(N = 74)	(N = 63)

FONTE: Javari, *op. cit.*, Abranches, *op. cit.* Para 1917, Tobias Monteiro, *Funcionários e Doutores*, p. 37.

Novamente fica clara a distância entre o Império e a República. Praticamente ausentes do Congresso ao fim da Monarquia, os militares formam quase 20% do primeiro Congresso republicano. Mas já em 1917 esta pro-

porção se acha muito reduzida para a Câmara, embora nem tanto para o Senado. Ao fim do período, provavelmente a redução seria ainda maior. Mas seria engano interpretar esta redução como decréscimo do poder político dos militares. Ela significa afastamento da política partidária, o que, de um lado, pode reduzir a influência individual dos militares no Governo, mas, de outro, pode beneficiar a unidade da organização. As intervenções na Primeira República tinham quase sempre algum militar Deputado ou Senador envolvido. Ao levar a política partidária para dentro da organização, esses elementos contribuía para os movimentos isolados que quase sempre envolviam Oficiais de escalões inferiores, com prejuízo para a hierarquia e, conseqüentemente, para a organização. No caso, o progressivo afastamento de cargos eletivos só veio beneficiar a organização, embora indicasse também maior estabilidade do sistema político.

Um indicador mais seguro de influência no Governo seria a ocupação, por militares, de cargos administrativos. Mas os dados aqui são precários. O número destes militares parece ter sido alto no começo da República. Segundo uma fonte, em 1893 haveria 174 Oficiais neste tipo de cargo.⁷² Mas seria necessária uma especificação dos cargos para se ter idéia mais exata de sua importância política. De qualquer maneira, o número é alto para a época e confirma a grande força política dos militares no início da República.

Outra indicação dessa força é o aumento de salários havido no início da República. No *Quadro 14* já fornecemos os dados para o Exército e a Marinha. O *Quadro 17* amplia a comparação.

QUADRO 17

AUMENTOS DE SALÁRIOS ENTRE 1889 E 1895 (%)

Exército.....	122,5
Marinha	53,0
Funcionalismo civil.....	11,4
Professores.....	17,6

FONTE: Como no *Quadro 14*. Para funcionários civis, tomamos os seguintes cargos do Ministério do Império, depois da Justiça e Negócios Interiores: diretor-geral, primeiro-oficial, amanuense, contínuo. Para professores: catedráticos das Escolas de Direito, Medicina, de Minas e lentes do Pedro II.

⁷² Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 361.

Mas este impacto inicial parece ter sido aos poucos reduzido ao longo da República Velha. Os gastos orçamentários com Exército e Marinha assim o indicam.

QUADRO 18

GASTOS MILITARES, 1880-1940
(% DO ORÇAMENTO NACIONAL)

Ano	Exército	Marinha	Total
1880-81	9,82	8,10	17,92
1889	10,39	7,85	18,24
1895	23,32	8,80	32,12
1910*	ouro: 2,65	12,61	15,26
	papel: 14,58	8,43	23,01
1925	17,44	5,80	23,24
1930	12,27	7,34	19,61
1940	19,05	7,81	26,86

FONTE: *Balancos das Receita e Despesa* para os respectivos anos.

* O Balanço não fornece a taxa de conversão de ouro para este ano.

Os dados mostram que após uma duplicação da participação dos gastos militares no início da República (a guerra federalista ainda deve ter pesado no orçamento de 1895), volta-se em 1930 a níveis semelhantes aos do fim do Império. Mas, em termos absolutos, os gastos militares passaram de 31 mil contos em 1889 para 483 mil contos em 1930, o que significa um grande aumento, mesmo tendo em vista um crescimento paralelo do orçamento global. A retomada do crescimento do orçamento militar em 1940 confirma nossa anterior indicação sobre a evolução da organização e da política militares.

Outra observação a respeito do *Quadro 18* refere-se às diferenças nas dotações do Exército e da Marinha. Durante os últimos anos do Império, as duas corporações tinham dotações quase iguais, com pequena diferença em favor do Exército. A República modificou definitivamente esta divisão. A dotação da Marinha passou a girar em torno de 50% da do Exército.

to, subindo um pouco apenas em torno de 1910, devido aos gastos com as compras dos novos barcos de guerra. De 1889 a 1940 a participação relativa da Marinha permaneceu a mesma, ao passo que a do Exército duplicou. O grande responsável por esta diferença foi o aumento muito maior dos efetivos do Exército em relação aos da Marinha. Isso porque os gastos com pessoal absorviam quase toda a verba orçamentária das duas organizações. Em 1916, por exemplo, o Exército gastava 93% de seu orçamento com pessoal, e a Marinha 89%.⁷³ De qualquer maneira, estas diferenças, em parte conseqüências dos desastres militares sofridos pela marinha, contribuíram para torná-la politicamente um fator secundário em comparação com o Exército.

Finalmente, o maior obstáculo à expansão do poder do Exército durante a Primeira República foram as polícias militares estaduais. Se os efetivos do Exército eram reduzidos durante o Império, a ausência de autonomia provincial impedia também o desenvolvimento das polícias. As províncias não tinham uma "política exterior" em relação à união e as outras províncias, não necessitando por isso de forças militares para apoiar esta política. A tarefa de policiamento da população era mais local (municipal) e em grande parte exercida pela Guarda Nacional. Esta, por sua vez, apesar de seus imensos efetivos, era de escassa eficácia bélica e constituía um obstáculo ao crescimento do Exército apenas enquanto impedia que este recrutasse mais e melhor. Outra era a situação das Polícias republicanas. Logo após a Proclamação da República, os Presidentes dos estados, principalmente os dos mais poderosos, trataram de proteger-se com pequenos exércitos, em alguns casos mais aguerridos que o próprio Exército nacional. A Polícia de São Paulo contratou missão francesa antes que o Exército o fizesse e dispunha de aviação militar. O *Quadro 19* dá a evolução dos efetivos das polícias militares no período, comparando-a com a do Exército.

⁷³ Tobias Monteiro, *Funcionários e Doutores*, p. 114.

QUADRO 19

EFETIVOS DAS POLÍCIAS MILITARES E DO EXÉRCITO,
1889-1933 (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Províncias/ Estados	1889		1920		1933
	Polícia	Exército	Polícia	Exército	Polícia
AM	197	217	347	394	-
AL	294	81	1.064	428	561
BA	779	712	3.019	1.545	2.376
CE	315	617	858	657	568
Corte/DF	1.096	1.839	3.987	11.236	5.248
ES	85	54	289	703	951
GO	93	437	483	222	559
MA	332	282	399	756	447
MT	37	1.296	734	1.116	220
MG	1.230	113	2.874	3.787	7.494
PA	447	420	827	1.418	217
PB	254	137	1.061	409	981
PN	124	532	670	2.581	1.269
PE	908	651	1.402	706	2.415
PI	152	100	371	514	520
RJ	690	-	694	2.241	1.143
RN	147	87	535	170	366
RS	780	3.658	2.052	9.304	4.404
SC	132	79	589	727	703
SP	1.424	386	7.538	3.675	6.806
SE	376	77	422	254	697
Acre	-	-	347	79	268
BRASIL	9.892	11.748	30.564	42.920	38.213

FONTE: Para a Polícia, *Relatórios* do Ministério da Justiça de 1889 e 1880, *Censo* de 1920 e *Anuário Estatístico* de 1936. Para o Exército, *Relatório* de 1888, *Censo* de 1920 e *Anuário* de 1936. Os efetivos policiais de GO, PE, RJ, RS para 1889 são de 1880. Não há informação para os efetivos do Exército no RJ em 1889 e da Polícia no AM em 1933.

Os dados acima devem ser vistos em combinação com os do *Quadro* 9. Vê-se que os efetivos policiais cresceram paralelamente aos do Exército,

e que, em 1920, os primeiros superavam os últimos em metade dos Estados, incluindo Bahia, Pernambuco, São Paulo e, em 1930, certamente, Minas Gerais. Apesar da clara tentativa de localizar mais tropas nestes Estados, o Exército estava longe de ter seu controle, como bem o demonstraram os acontecimentos de 1930, em Minas Gerais. Acresce-se o fato de que as polícias estaduais, com a única exceção do caso de Miguel Costa, permaneciam leais aos respectivos presidentes. Isto podia eventualmente favorecer movimentos rebeldes dentro do Exército, como de fato favoreceu o Tenentismo quando este se aliou às oposições estaduais. Mas esta aliança era incômoda. Um dos pontos do programa de reforma dos Tenentes era exatamente reduzir a excessiva influência dos Estados na política nacional, e as Polícias eram um dos grandes sustentáculos desta influência. Para o Exército como um todo, o problema se colocava ainda mais intensamente. Era impossível qualquer política de defesa nacional, nos termos amplos colocados pelos reformadores, quando a organização não tinha sequer o controle militar interno. O próprio papel previsto para o Exército, na política interna, por Klinger e por Góis era difícil de ser exercido sem o controle das Polícias. Este foi o grande problema militar legado pela Primeira República e que só mais tarde seria resolvido, quando profundas transformações seriam introduzidas no próprio sistema federal.

CONCLUSÃO

Podemos resumir em alguns pontos a evolução das Forças Armadas e de seu papel político durante a Primeira República.

Em primeiro lugar, o período se caracteriza pela intensa luta do Exército para tornar-se organização nacional capaz de efetivamente planejar e executar uma política de defesa nacional em seu sentido mais amplo. Esta luta teve várias fases e aspectos. Seu ponto crítico foi a introdução do alistamento universal, com o conseqüente afastamento da Guarda Nacional como organização rival. O controle semiprivado da força armada, característico da sociedade ainda predominantemente rural legada pelo Império, é com isto eliminado. Em contrapartida, surge novo inimigo, de origens semelhantes ao primeiro, nas Polícias militares, controladas pelas oligarquias estaduais. A superação deste novo obstáculo não seria conseguida no período.

Outros aspectos importantes desta transformação foram o crescimento rápido dos efetivos, sua distribuição mais estratégica no território

nacional, melhor treinamento de Oficiais e praças, melhor estruturação interna, centralização do processo decisório e formulação mais clara dos objetivos da organização.

Em segundo lugar, observa-se que estas transformações organizacionais se deram em meio ao envolvimento político dos militares, que em parte foi influenciado pelas transformações em parte as influenciou. Se a primeira intervenção, em 1889, gerou aumento substancial no poder político das Forças Armadas, o mesmo não se pode dizer dos movimentos seguintes. À medida que estes dividiam internamente as duas Armas ou lançavam uma contra a outra, enfraqueciam-nas e facilitavam seu uso político pelas elites civis. O fortalecimento interno das Forças Armadas exigia o fim de movimentos intervencionistas isolados e destruidores da hierarquia.

Em terceiro lugar, a passagem da fase da política na organização para a de política da organização, já esboçada no fim do período, iria implicar mudança importante na natureza das intervenções. A primeira era quase sempre social e politicamente reformista. Seus principais veículos eram os jovens Oficiais, cuja origem social, treinamento e posição na organização os colocava em situação favorável para iniciar ou apoiar movimentos contestatórios, seja contra o sistema imperial, seja contra a política dos Estados. A predominância desses movimentos no Exército, acrescida dos movimentos de praças e dos conflitos entre Exército e Marinha, deu à atuação política das Forças Armadas na Primeira República um caráter desestabilizador. A política que mais tarde seria chamada de “moderadora” foi preparada durante o período e ensaiada no Movimento Pacificador, mas só seria realizada posteriormente.⁷⁴

⁷⁴ Pode-se fazer interessante paralelo entre o papel do Exército e o do Rio Grande do Sul na Primeira República. Por uma série de razões, tanto um como outro se constituía em elemento desequilibrador do sistema da política dos Estados. De um lado, não eram bem aceitos no círculo interno do poder; de outro, não podiam ser relegados a segundo plano como os Estados de segunda classe. Em situações de crise do sistema, a posição dos dois era crucial, pois se tornavam como que fiéis da balança. Acresce-se o fato já mencionado das afinidades que entre ambos existiam, não só pelo grande número de militares localizados no Rio Grande do Sul, mas também pelo fato de que o recurso principal de que dispunha este Estado era a força armada de seus provisórios. Eventualmente, o choque entre esta força e o Exército era fatal. Mas no jogo da política dos Estados era possível o estabelecimento de alianças temporárias. A força dessas alianças iria depender do grau de unidade interna, seja da política rio-grandense, seja do Exército. Foi máxima esta força em 1930, quando as facções estaduais se uniram e encontraram apoio positivo de parcela do Exército e ausência de oposição na outra parcela. Sobre o papel desequilibrante do Rio Grande do Sul, além de Joseph Love, já citado, veja-se também Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Editora Unitas Ltda., 1933, pp. 253-272.

Em quarto lugar, as transformações sociais verificadas no período, tendentes a reduzir a influência política e econômica de grupos rurais através da urbanização e da industrialização, produziram importantes aliados para as Forças Armadas. Destas transformações se beneficiaram Tenentes, “turcos” e “moderadores”. Apesar das divergências entre esses grupos, todos concordavam nos propósitos centralizadores que eram basicamente anti-rurais e antiestados. Expressão da concordância de interesses entre militares e grupos econômicos pelo menos parcialmente urbanos são as *Ligas* que se criaram a partir de 1916. A primeira delas, já mencionada, foi a *Liga de Defesa Nacional*, criada em 1916. Entre seus membros estavam representantes “de todas as classes produtoras e defensoras do país”, e seus objetivos incluíam “propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; defender, com a disciplina, o trabalho”.⁷⁵ No ano seguinte é criada em São Paulo a *Liga Nacionalista*, da qual participavam elementos da burguesia paulista, e que misturavam em seu programa e em suas declarações temas que iam da defesa nacional à organização do trabalho, entendendo-se por esta última o combate às agitações operárias.⁷⁶ Em 1927 é criado em nível governamental o *Conselho de Defesa Nacional*, que salienta os aspectos econômicos e industriais da defesa. Um pouco mais tarde, em 1937, surge a *Defesa Social Brasileira*, de finalidade anticomunista, formada por militares e “figuras mais destacadas da magistratura, do funcionalismo, do jornalismo, das classes liberais, do comércio e da indústria”.⁷⁷ Leitão de Carvalho, o defensor da nova política de defesa nacional, está presente em quase todas essas iniciativas. Embora faltem estudos mais profundos dessas organizações, de sua composição e de seus programas, parece evidente que pela primeira vez militares se unem a representantes de grupos econômicos na promoção e defesa de interesses comuns. Essa comunidade de interesses é clara na preocupação com o desenvolvimento de indústrias de base fundamentais para a defesa nacional. Já os “turcos” defendiam em 1916 a implantação da indústria nacional do aço e, durante o Estado Novo, o Exército esteve presente na luta pela criação da Siderúrgica Nacional e do Conselho Nacional do Petróleo.⁷⁸ O con-

⁷⁵ Olavo Bilac, *A Defesa Nacional*, p. 83.

⁷⁶ Sobre as Ligas e sua vinculação burguesa, ver Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, pp. 162-168, 313-315.

⁷⁷ Sobre a *Defesa Social Brasileira*, ver o depoimento de Leitão de Carvalho, um de seus criadores, em *Memórias de Um Soldado Legalista*, tomo III, pp. 296-302. O texto citado está na página 301.

⁷⁸ Ver, a respeito, John D. Wirth, *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954*. Stanford: Stanford University Press, 1970.

flito entre grupos rurais privatistas e as Forças Armadas não se repetia, ou era menor acentuado, nas relações destas pelo menos, de seus elementos mais profissionais – com grupos econômicos de base mais urbana, ou seja, com a burocracia industrial emergente.

Este último ponto serve para ilustrar a importância dos fatores organizacionais para a análise política do comportamento militar. Se, a partir da verificação do surgimento de certa coincidência de interesses de grupos militares e grupos econômicos, concluíssemos que a mudança no comportamento dos primeiros foi devida ao impacto dos últimos, estaríamos caindo numa falácia de interpretação. A coincidência, acompanhada da aliança política, se deu e é de importância fundamental. Mas o impulso para a mudança no conceito de defesa nacional e, portanto, no papel das Forças Armadas veio de dentro da organização militar, no sentido de que se prendem basicamente a razões de defesa. Esta origem militar tem importantes conseqüências para a natureza da aliança estabelecida e para a força relativa do elemento militar no jogo político, assim como fez grande diferença política o fato de que as reformas militares introduzidas na França pela revolução foram implantadas na Prússia pelo próprio Exército a partir de necessidades de defesa.⁷⁹

Mais concretamente, as idéias de soldado-cidadão e de recrutamento universal, por exemplo, tiveram origem na revolução burguesa de 1789. Mas na França essas idéias correspondiam a tentativas de democratização do Exército, promovidas de fora para dentro, no sentido de subtraí-lo ao

controle da nobreza. No Brasil, elas partiram de dentro do próprio Exército e foram dirigidas contra o que se poderia chamar de “nobreza” local, isto é, as elites civis de base agrária. Aqui a idéia de soldado-cidadão se destinava a promover a abertura da sociedade ao Exército e não vice-versa como na França.

Igualmente, a adoção da ideologia positivista pelos militares intervencionistas poderia ser vista como indicadora de tendências burguesas. Mas, se na própria Europa o positivismo deu origem a posições políticas distintas, aqui os militares dele extraíram principalmente aspectos que lhes interessavam na luta pelo poder, como a idéia da ditadura republicana. Em nenhum momento os positivistas militares explicitaram teoricamente qualquer tipo de aliança com grupos externos. Se alguma aliança concreta houve, por parte dos positivistas do primeiro tenentismo, foi com grupos

populares, ou mesmo anarquistas, como se deu durante o florianismo e a revolta de 1904.⁸⁰ O entendimento de Floriano com os grupos oligárquicos paulistas se deveu mais a razões políticas que econômicas, sociais ou ideológicas.

Não seria difícil multiplicar os exemplos. Bastam esses exemplos e toda a exposição anterior para ilustrar nosso ponto. Poder-se-ia, talvez, dizer que as ambigüidades do desenvolvimento de uma sociedade de mercado no Brasil, com a conseqüente indecisão no comportamento político de grupos e classes envolvidos, como que favoreceram, e talvez ainda favoreçam, o impacto de fatores organizacionais no que diz respeito ao papel político das Forças Armadas.

⁸⁰ Sobre posições políticas dos positivistas brasileiros, inclusive militares, veja-se, por exemplo, *Brasil: História*. Belo Horizonte: Edição da